

MINISTÉRIO DA DEFESA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da DN nº 124/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.

Brasília-DF abri/2013

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO	191
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	191
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	192
1.3 Organograma Funcional.....	192
1.3.1 Chefia de Assuntos Estratégicos - CAE.....	193
1.3.1.1 Subchefia de Política e Estratégia – SCPE.....	193
1.3.1.2 Subchefia de Inteligência Estratégica – SCIE.....	193
1.3.1.3 Subchefia de Assuntos Internacionais – SCAI.....	194
1.3.2 Subchefia de Logística – CHELOG.....	194
1.3.2.1 Subchefia de Integração Logística – SUBILOG.....	194
1.3.2.2 Subchefia de Mobilização – SUBMOB.....	194
1.3.3 Chefia de Preparo e Emprego – CPE.....	194
1.3.3.1 Assessoria de Inteligência Operacional – AIOP.....	195
1.3.3.2 Subchefia de Comando e Controle – SC/1.....	195
1.3.3.3 Subchefia de Operações – SC/3.....	195
1.3.3.4 Subchefia de Logística Operacional – SC/4.....	195
1.4 Macroprocessos Finalísticos	195
1.5 Macroprocessos de Apoio.....	196
1.6 Principais Parceiros.....	196
2. INTRODUÇÃO	196
3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	197
3.2 Estratégias da Atuação frente aos Objetivos Estratégicos	198
3.2.1 Chefia de Assuntos Estratégicos.....	198
3.2.2 Chefia de Logística	199
3.2.3 Chefia de Preparo e Emprego	199
3.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações.....	200
3.3.1 Análise Crítica das Ações	200
3.3.1.1 Ação 1489 – Implantação de Centros de Operações Conjuntas	200
3.3.1.2 Ação 2385 – Manutenção do Sistema de Comunicações Militares por Satélite.....	201
3.3.1.3 Ação 4222 – Sensoriamento Remoto para Apoio à Inteligência	201
3.3.1.4 Ação 5132 – Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite - SISCOMIS	201
3.3.1.5 Ação 5134 – Implantação do Sistema de Comunicações Militares Seguras.....	202
3.3.1.6 Ação 4427 – Exercícios de Mobilização para Defesa Nacional	202
3.3.1.7 Ação 5136 – Implantação do Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB.....	202
3.3.1.8 Ação 2866 – Ações de Caráter Sigiloso.....	203
3.3.1.9 Ação 4229 – Operações Militares Combinadas ou Conjuntas.....	203
3.3.1.9.1 Operações Conjuntas.....	204
3.3.1.9.1.1 Operação AMAZÔNIA.....	204
3.3.1.9.1.2 Operação ATLÂNTICO III	204
3.3.1.9.1.3 Operação FELINO	205
3.3.1.9.2 Exercício de Simulação AZUVER	205
3.3.1.10 Ação 6499 – Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira.....	205
3.3.1.10.1 Operação CURARE I a III.....	206
3.3.1.10.2 Operação FRONTEIRA SUL I e II.....	206
3.3.1.10.3 Operações CADEADO e ATALAIA.....	206
3.3.1.10.4 Operação PORTEIRA FECHADA.....	206
3.3.1.10.5 Operação ÁGATA 4	206
3.3.1.10.6 Operação ÁGATA 5	207
3.3.1.10.7 Operação ÁGATA 6	207
3.3.1.10.8 Operação BRACOLPER – Amazônia 2012	207
3.3.1.11 Ação 2C06 – Participação Brasileira em Missões de Paz.....	208

3.3.1.11.1 Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – MINUSTAH	208
3.3.1.11.2 Força Interina das Nações Unidas no Líbano – UNIFIL	209
3.3.1.11.3 Outras Missões de Paz	209
3.3.1.12 Ação 6515 – Sistema de Informações Logísticas de Defesa.....	210
3.3.1.13 Ação 6557 – Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar – Soldado Cidadão.....	213
3.3.1.14 Ação 2D55 - Intercâmbio e Cooperação Internacional Militar e na área de Defesa.....	213
3.3.1.15 Ação 14M2 – Emprego das Forças Armadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Conferência Rio +20.....	213
3.3.1.16 20G3 – Cooperação em Ações de Defesa Civil.....	214
Em reuniões conduzidas pela Casa Civil/PR, foi debatida uma série de aspectos operacionais relacionados com a iminente possibilidade de ocorrências de desastres naturais nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.	214
O Ministério da Defesa, com base nos estudos e necessidades apresentadas pelas Forças Armadas, trabalhou na elaboração do Plano Estratégico de Emprego das Forças Armadas em Casos de Desastres sempre em cooperação com ações desencadeadas pela Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC. Empregou os recursos da Medida Provisória nº 553, de 21 de dezembro de 2011, com os saldos não utilizados em 2011 e reabertos pelo Decreto de 4 de janeiro de 2012, no montante de R\$ 32.924.557,00. Este trabalho resultou em um Plano Logístico no qual foi estabelecido um total de 7 (sete) módulos, compostos por diversos itens, agrupados por atividades finalísticas, a saber: Apoio à Saúde, Apoio Aéreo, Comunicações, Engenharia, Salvamento, Sustentação e DQBRN (Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear).....	214
Foram utilizados, também, os recursos da Medida Provisória nº 569, de 14 de maio de 2012, no valor de R\$ 9.945.982,00, no ressarcimento do emprego das Forças Armadas pelo apoio prestado à Defesa Civil por ocasião das enchentes nos Estados de Roraima, em 2011, e no Acre, em 2012.	214
Fonte: SIAFI Gerencial / 10 Fev 2013 e SIGA Brasil / Janeiro 2013	214
3.3.1.17 Ação 2000 – Administração da Unidade: Fundo de Rações Operacionais / FRO.....	214
3.4 Indicadores de Desempenho e Gestão	215
3.4.1 Indicadores de Desempenho	215
3.4.1.1 Indicador de Eficiência:	215
3.4.1.1.1 Índice de aplicação dos recursos do EMCFA, por Ação Orçamentária - IARA.....	215
3.4.1.2 Indicadores de Eficácia:	216
3.4.1.2.1 Índice de Operação Conjunta - IOC.....	216
3.4.1.2.2 Índice de Reuniões Bilaterais Realizadas - IBR	217
3.4.1.2.3 Índice de Operação de Intensificação da Presença das Forças Armadas na Área de Fronteira –IPF	217
3.4.1.2.4 Índice de Atividades de Apoio Logístico Realizadas - IAALR.....	218
3.4.1.2.5 Índice de Atividades de Apoio à Preparação Realizadas - IAAPR.....	219
3.4.1.2.6 Índice de Atividades de Inteligência Tecnológica – IAIT.....	220
3.4.1.2.7 Índice de Atividades do Sistema Militar de Comando e Controle – IASISMC ²	222
3.4.1.2.8 Índice de Atividades do Sistema de Comunicações Militares por Satélite – IASISCOMIS	223
3.4.1.2.9 Índice de Atividades do Sistema Tático de Enlace de Dados – IASISTED	225
3.4.1.2.10 Índice de Atividades de Mobilização para Defesa Nacional – IAMDN.....	226
3.4.1.2.11 Índice de Atividades do Sistema de Informações Logísticas de Defesa – IASILD	227
3.4.1.2.12 Índice de Atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado-Cidadão - IAPSC.....	229
3.4.1.3 Indicador de Efetividade:	229
3.4.1.3.1 Índice de Efetividade Físico/Financeira do EMCFA – IEFEMCFA	229
3.4.1.3.2 Índice de Efetividade Qualitativa do EMCFA – IEQEMCFA	230
4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	232
4.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	232
5. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	233

<u>5.1 Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ</u>	233
<u>5.1.1 Informações sobre Objetivos vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ</u>	233
<u>5.1.2 Informações sobre Iniciativas vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ</u>	236
<u>As informações a respeito das atividades desenvolvidas pelas Ações Orçamentárias ligadas às Iniciativas estão descritas no item 3.3.1 Análise Crítica das Ações, deste Relatório de Gestão.</u>	236
<u>5.1.3 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ</u>	242
<u>5.1.4 Informações sobre Ações vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ</u>	246
<u>6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS</u>	246
<u>6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos</u>	247
<u>6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a disposição da Unidade Jurisdicionada</u>	247
<u>6.1.2 Quantificação da Força de Trabalho</u>	247
<u>6.1.2.1 Quantificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Idade</u>	247
<u>6.1.2.2 Quantificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Escolaridade</u>	248
<u>6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários</u>	248
<u>6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão</u>	248
<u>6.2.2 Composição do Quadro de Estagiários</u>	248
<u>7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO</u>	248
<u>7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)</u>	249
<u>8. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS</u>	250
<u>9. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO</u>	250
<u>9.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ</u>	250
<u>10. RESULTADOS E CONCLUSÕES</u>	251
<u>Cabe ressaltar, ainda, o emprego das Forças Armadas na segurança, coordenada com os Órgãos de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, por ocasião da realização da Conferência Rio +20 e na elaboração do Plano Estratégico de Emprego das Forças Armadas em Casos de Desastres sempre em cooperação com ações desencadeadas pela Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC, trabalho que resultou em um Plano Logístico, voltado às Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, no qual foi estabelecido um total de 7 (sete) módulos, compostos por diversos itens, agrupados por atividades finalísticas, a saber: Apoio à Saúde, Apoio Aéreo, Comunicações, Engenharia, Salvamento, Sustentação e DQBRN (Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear).</u>	251

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1. ABREVIATURAS

- A: área(s)
- Ap: apoio(s)
- Art: artigo(s)
- Atv: atividade(s)
- Brig-Ar: Brigadeiro-do-Ar
- C Alte: Contra-Almirante
- Cbn: Combinada(s)
- Cel: Coronel
- Cj: Conjunta(s)
- Cmt: Comandante
- Emp: emprego
- Front: fronteira(s)
- Gen Div: General de Divisão
- Gen Ex: General de Exército
- Maj-Brig-Ar: Major-Brigadeiro-do-Ar
- Mis: missão(ões)
- Op: operação (ões)
- Prep: preparação
- Pres: presença
- Prev: prevista(s)
- Realiz: realizada(o)(s)
- VAlte: Vice-Almirante

2. SIGLAS

- ACISO: Ação Cívico Social
- AIOP: Assessoria de Inteligência Operacional
- APOG: Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão
- BRABATT: Batalhão Brasileiro de Força de Paz
- BRACOLPER: Brasil, Colômbia e Peru
- BRAENGCOY: Companhia de Engenharia de Força de Paz
- BRAMARCOY: Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais de Força de Paz
- C²: Comando e Controle
- CAE: Chefia de Assuntos Estratégicos
- CASNAV: Centro de Análises de Sistemas Navais
- CC²MD: Centro de Comando e Controle do Ministério da Defesa
- CEMCFA: Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
- CHELOG: Chefia de Logística
- CIOp: Centro de Inteligência Operacional
- COC: Centro de Operações Conjuntas
- CCOPAB: Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
- COMDABRA: Comando de Defesa Aérea Brasileira
- COMLOG: Comissão Logística Militar
- CPE: Chefe(ia) de Preparo e Emprego
- CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- DN: Distrito Naval
- DQBRN: Defesa Química, Bacteriológica, Radiológica e Nuclear
- EB: Exército Brasileiro
- ECEMAR: Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
- ECEME: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
- EGED: Encontro de Guerra Eletrônica de Defesa
- EGN: Escola de Guerra Naval

- EMCFA: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
- ESG: Escola Superior de Guerra
- FA: Forças Armadas
- FAB: Força Aérea Brasileira
- FRO: Fundo de Rações Operacionais
- FSM: Fundo do Serviço Militar
- FTCC: Força-Tarefa Conjunta e Combinada
- FTM: Força-Tarefa Marítima
- HCamp: Hospital de Campanha
- IEAv: Instituto de Estudos Avançados
- IMBEL: Indústria de Material Bélico
- MB: Marinha do Brasil
- MD: Ministério da Defesa
- MINUSTAH: Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti
- OEA: Organização dos Estados Americanos
- ONU: Organização das Nações Unidas
- OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte
- PCE: Pedido de Cooperação de Ensino
- PCI: Pedido de Cooperação de Instrução
- PIOp: Portal de Inteligência Operacional
- REFRON: Reconhecimentos de Fronteira
- RGED: Rede de Guerra Eletrônica de Defesa
- ROC: Requisitos Operacionais Conjuntos
- ROD: Rede Operacional de Defesa
- SC-1: Subchefia de Comando e Controle
- SC-3: Subchefia de Operações
- SC-4: Subchefia de Logística Operacional
- SCAI: Subchefia de Assuntos Internacionais
- SCIE: Subchefia de Inteligência Estratégica
- SCPE: Subchefia de Política e Estratégia
- SEDEC: Secretaria Nacional de Defesa Civil
- SEORI: Secretaria de Coordenação e Organização Institucional
- SIGLD: Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa
- SIGLMD: Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa
- SILD: Sistema de Informações Logísticas de Defesa
- SINAMOB: Sistema Nacional de Mobilização
- SINDE: Sistema de Inteligência de Defesa
- SIOP: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
- SIPLOM: Sistema de Planejamento Operacional Militar
- SISCOMIS: Sistema de Comunicações Militares por Satélite
- SISMC²: Sistema Militar de Comando e Controle
- SISTED: Sistema Tático de Enlace de Dados
- SUBILOG: Subchefia de Integração Logística
- TI: Tecnologia da Informação
- UNIFIL: Força Interina das Nações Unidas no Líbano
- USAFRICOM: Comando dos Estados Unidos da América para a África

LISTA DE TABELAS E QUADROS

- Tabela 01: Indicador de Desempenho – IARA
 - Tabela 02: Indicador de Desempenho – IOC
 - Tabela 03: Indicador de Desempenho – IBR
 - Tabela 04: Indicador de Desempenho – IPF
 - Tabela 05: Indicador de Desempenho – IAALR
 - Tabela 06: Indicador de Desempenho – IAAPR
 - Tabela 07: Indicador de Desempenho – IAIT
 - Tabela 08: Indicador de Desempenho – IASISMC²
 - Tabela 09: Indicador de Desempenho – IASISCOMIS
 - Tabela 10: Indicador de Desempenho – IASISTED
 - Tabela 11: Indicador de Desempenho – IAMDN
 - Tabela 12: Indicador de Desempenho – IASILD
 - Tabela 13: Indicador de Desempenho – IAPSC
 - Tabela 14: Indicador de Desempenho – IEFEMCFA
 - Tabela 15: Indicador de Desempenho – IEQEMCFA
-
- Quadro 01: Objetivos de Programa Temático – Código 0534
 - Quadro 02: Objetivos de Programa Temático – Código 0547
 - Quadro 03: Objetivos de Programa Temático – Código 0554
 - Quadro 04: Objetivos de Programa Temático – Código 0502
 - Quadro 05: Objetivos de Programa Temático – Código 0534
-
- Quadro 01: Iniciativas de Programa Temático – Código 020I
 - Quadro 02: Iniciativas de Programa Temático – Código 020J
 - Quadro 03: Iniciativas de Programa Temático – Código 020L
 - Quadro 04: Iniciativas de Programa Temático – Código 020M
 - Quadro 05: Iniciativas de Programa Temático – Código 020P
 - Quadro 06: Iniciativas de Programa Temático – Código 020R
 - Quadro 07: Iniciativas de Programa Temático – Código 0237
 - Quadro 08: Iniciativas de Programa Temático – Código 023A
 - Quadro 09: Iniciativas de Programa Temático – Código 023B
 - Quadro 10: Iniciativas de Programa Temático – Código 023C
 - Quadro 11: Iniciativas de Programa Temático – Código 023D
 - Quadro 12: Iniciativas de Programa Temático – Código 0240
 - Quadro 13: Iniciativas de Programa Temático – Código 0243
 - Quadro 14: Iniciativas de Programa Temático – Código 0245
 - Quadro 15: Iniciativas de Programa Temático – Código 0248
 - Quadro 16: Iniciativas de Programa Temático – Código 0249
 - Quadro 17: Iniciativas de Programa Temático – Código 024D
 - Quadro 18: Iniciativas de Programa Temático – Código 024G
 - Quadro 19: Iniciativas de Programa Temático – Código 024O
 - Quadro 20: Iniciativas de Programa Temático – Código 01QY
 - Quadro 21: Iniciativas de Programa Temático – Código 03RH
-
- Quadro 01: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 1489
 - Quadro 02: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 2385
 - Quadro 03: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 4222

- Quadro 04: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 5132
- Quadro 05: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 5134
- Quadro 06: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 4427
- Quadro 07: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 5136
- Quadro 08: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 4229
- Quadro 09: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 6499
- Quadro 10: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 2C06
- Quadro 11: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 6515
- Quadro 12: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 6557
- Quadro 13: Ações Vinculadas ao Programa Temático – Código 2D55

- Quadro 01: Ações Vinculadas a Programa de Gestão – Código 2866

- Quadro 01: Força de Trabalho a UJ
- Quadro 02: Detalhamento da Estrutura de Cargos
- Quadro 03: Quantidade de Servidores por Faixa Etária
- Quadro 04: Quantidade de Servidores por Nível de Escolaridade
- Quadro 05: Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais
- Quadro 06: Composição de Estagiários

- Quadro 01: Gestão da Tecnologia da Informação

- Quadro 01: Deliberações do TCU pendentes

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa			Código SIORG: 41066
Identificação da Unidade Jurisdicionada Agregadora			
Denominação Completa: Secretária de Organização Institucional			
Denominação Abreviada: SEORI			
Código SIORG: 113057	Código na LOA: -	Código SIAFI: 115405	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: -	
Principal Atividade: Defesa			Código CNAE: 8422-1
Telefones/Fax de Contato:	(061) 3312-8577	(061) 3312-4224	
Endereço Eletrônico: seori@defesa.gov.br			
Página na Internet: http://www.defesa.gov.br/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco Q – 1º Andar – Brasília – 70.049-900 – DF			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas			
Número de Ordem: -			
Denominação Completa: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas			
Denominação Abreviada: EMCFA			
Código SIORG: 41110	Código na LOA: -	Código SIAFI: 110582	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: -	
Principal Atividade: Defesa			Código CNAE: 8422-1
Telefones/Fax de Contato:	(061) 3312-4003	(061) 3312-4909	(061) 3312-4241
E-mail: emcfa@defesa.gov.br			
Página na Internet: http://www.defesa.gov.br/			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco Q – 7º Andar – Brasília – 70.049-900 – DF			
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (DOU de 10 de Junho de 1999) alterada pelas:			
Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004 (DOU de 3 de setembro de 2004); e			
Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010 (DOU de 26 de agosto de 2010).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010 (DOU de 24 de novembro de 2010) alterado pelo			
Decreto nº 7436, de 3 de fevereiro de 2011 (DOU de 4 de fevereiro de 2011).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
MD35-D-02 Diretriz para a Organização e o Funcionamento do Sistema de Doutrina Militar Combinada; MD31-D-03 Doutrina Militar de Comando e Controle; MD32-P02 Política de Sensoriamento Remoto de Defesa; MD33-M-03 Doutrina Básica de Comando Combinado; MD34-M-01 Manual de Logística para Operações Combinadas; MD34-M-02 Manual de Operações de Paz; MD41-P-01 Política de Mobilização Militar; MD52-N-01 Doutrina de Inteligência de Defesa; PMN – Política de Mobilização Nacional; e Portaria Normativa nº 1.890 - MD/2006 – Política de Logística de Defesa.			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Agregadora e Agregadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
160509	Secretaria de Economia e Finanças (Exército)		
120002	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica		
110404	Departamento de Administração Interna (Ministério da Defesa)		
110406	Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
772001		00001	
160509		00001	
120002		00001	

110404	00001
110406	00001

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

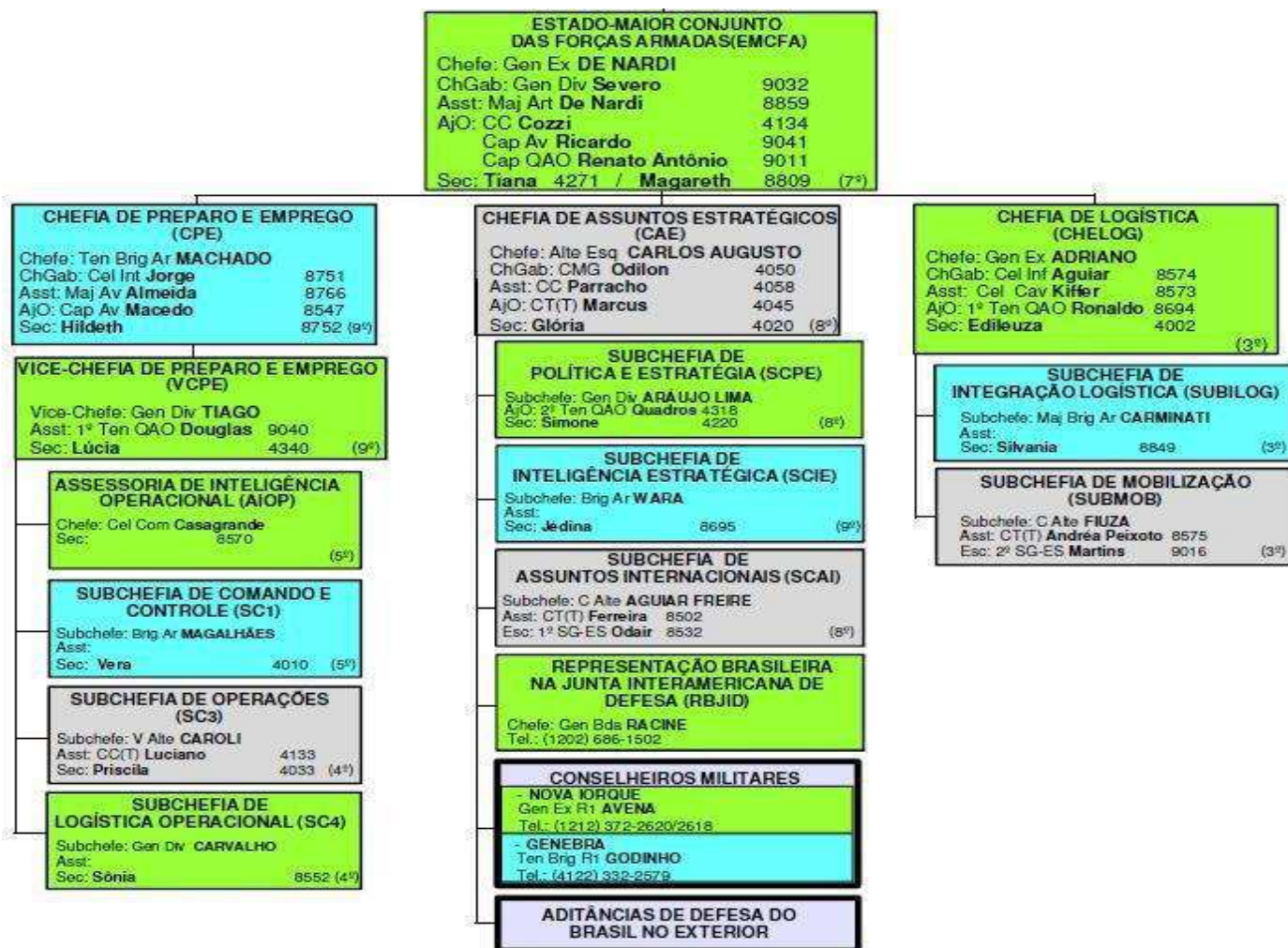
O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), criado pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, tem a missão de elaborar o planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas e assessorar o Ministro de Estado da Defesa nos seguintes assuntos, dentre outros: políticas e estratégias nacionais e setoriais de defesa, de inteligência e contrainteligência estratégica; atos internacionais e participação em representações e organismos, no Brasil e no exterior, na área de defesa; logística, mobilização e tecnologia militar; e articulação e equipamento das Forças Armadas. Deve, ainda, coordenar a atuação dos meios empregados pelas Forças Armadas nas ações de defesa civil que lhe forem atribuídas.

O EMCFA, por intermédio de suas Chefias, realizou as seguintes atividades, dentre outras, em 2012: exercícios de adestramento conjunto das Forças Armadas, no ambiente Amazônico e na região do Atlântico Sul do Brasil; a Operação Ágata, na fronteira territorial do país; planejamento, junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, da Operação Combinada Felino; deu continuidade ao emprego de tropa nas Missões de Paz no Haiti e no Líbano; manteve o Sistema de Comando e Controle operando, dando suporte em Comunicações às operações militares no País e no exterior; intensificou o intercâmbio entre os agentes participantes do Sistema Nacional de Mobilização, no nível governamental, buscando a atualização da Doutrina de Mobilização Nacional, participando do planejamento e das operações conjuntas realizadas pelas Forças Armadas; vem aprimorando o Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa onde verificou-se a necessidade de incluir no sistema ações relativas à Mobilização Militar; atuou no sentido de fortalecer a multipolaridade e o incremento da atuação externa do Brasil no campo da Defesa, especialmente no entorno estratégico do País na América do Sul; buscou estreitar os laços com a África Ocidental, em visita à sede do Comando dos Estados Unidos da América para a África (USAFRICOM), na oportunidade da realização de cooperação e parcerias regionais; e a manutenção de representações militares do Brasil no exterior junto à ONU.

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas vêm se consolidando e mostrando a importância de sua existência com o trabalho desenvolvido na busca do aprimoramento do emprego conjunto e interoperabilidade nos campos da Logística e da Mobilização junto às Forças Armadas.

As dificuldades encontradas foram de ordem orçamentária, suplantadas pelo replanejamento e redirecionamento das metas a serem alcançadas ao final do exercício de 2012.

1.3 Organograma Funcional



O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas é composto pelos seguintes órgãos:

1.3.1 Chefia de Assuntos Estratégicos - CAE

As principais atividades desenvolvidas pela CAE estão relacionadas: ao assessoramento do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relativos a política, estratégia e assuntos internacionais, inteligência e contra-inteligência estratégica; e na participação em representações e organismos, no Brasil e no exterior, nas áreas de sua competência.

Para tal, a Chefia está subdividida nas seguintes Subchefias:

1.3.1.1 Subchefia de Política e Estratégia – SCPE

Cabe à SCPE o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: formulação e atualização da Política de Defesa Nacional e da Estratégia Nacional de Defesa; participação em reuniões de especialistas do Conselho de Defesa Sul-Americano e do Centro de Estudos Estratégicos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; acompanhamento das políticas setoriais de governo e suas implicações para a defesa nacional, em ligação com as Forças Armadas e órgãos públicos e privados; e promoção de estudos e proposição de alterações para a condução dos assuntos de interesse da defesa, nas áreas de atuação do Ministério da Defesa, decorrentes dos objetivos, orientações e instruções constantes da Política de Defesa Nacional e da Estratégia Nacional de Defesa.

1.3.1.2 Subchefia de Inteligência Estratégica – SCIE

Cabe à SCIE o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: manter informados o Chefe de Assuntos Estratégicos, o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e o Ministro de Estado da Defesa no exame corrente da situação estratégica; condução da atividade de inteligência e contra-inteligência estratégica de defesa; coordenação do sistema de inteligência de defesa, efetuando a sua ligação ao sistema brasileiro de inteligência; desenvolvimento da capacidade de integração dos conhecimentos, para os fins de defesa, nos campos científico, tecnológico,

cibernético, espacial e nuclear; e orientação da atuação dos adidos de defesa no trato dos assuntos relacionados com a inteligência de defesa.

1.3.1.3 Subchefia de Assuntos Internacionais – SCAI

Cabe à SCIE o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: condução dos assuntos internacionais que envolvam o Ministério da Defesa; atuação dos adidos de defesa brasileiros no exterior, bem como acompanhamento e orientação dos seus trabalhos e relacionamentos de interesse da defesa; normatização a respeito do estabelecimento de representações militares de defesa brasileiras no exterior, de comissões militares de defesa estrangeiras no País e seus relacionamentos com o Ministério da Defesa; condução das atividades necessárias à adesão a atos internacionais de interesse para a defesa, bem como o acompanhamento da sua evolução e do seu cumprimento, junto aos organismos internacionais; e planejamento e acompanhamento, em coordenação com as Forças Armadas, das atividades de cooperação técnico-militar internacionais de interesse para a defesa.

1.3.2 Subchefia de Logística – CHELOG

As principais atividades desenvolvidas pela CHELOG estão relacionadas: assessoramento do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relativos à Logística, Mobilização e Serviço Militar; coordenação, na sua área de competência, a respeito do planejamento, da execução e do acompanhamento de programas e projetos voltados para Logística, Mobilização e Tecnologia Militar; e proposição de ações e coordenação de atividades de articulação e integração, interna e externa, para viabilizar, em sua área de competência, a integração de esforços e a racionalidade administrativa.

Para tal, a Chefia está subdividida nas seguintes Subchefias:

1.3.2.1 Subchefia de Integração Logística – SUBILOG

Cabe à SIL o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: formulação e atualização da Política de Logística de Defesa; formulação da Doutrina de Logística Militar e da Doutrina de Alimentação das Forças Armadas, supervisionando as ações decorrentes dessas doutrinas; acompanhamento dos trabalhos das comissões de caráter permanente que tenham por finalidade estudar e propor medidas de interesse comum na área de Logística de Defesa; estabelecimento e coordenação da implementação de medidas que visem a elevar os níveis de cooperação e de interoperabilidade logística entre as Forças Armadas; e estudo e acompanhamento do ciclo de vida logístico dos itens de interesse das Forças Armadas.

1.3.2.2 Subchefia de Mobilização – SUBMOB

Cabe à SUBMOB o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: elaboração da proposta da Política e das Diretrizes Governamentais de Mobilização Nacional; elaboração da Diretriz Setorial de Mobilização Militar e das Instruções Complementares; condução das atividades técnico-administrativas e promoção do funcionamento da Secretaria-Executiva do Sistema Nacional de Mobilização; consolidação e compatibilização dos Planos Setoriais de Mobilização em proposta de Plano Nacional de Mobilização; elaboração da Doutrina Básica de Mobilização Nacional; elaboração do Plano Nacional de Mobilização Militar; planejamento e coordenação das atividades do Serviço Militar e do Projeto Soldado-Cidadão; elaboração de propostas de atualização da legislação do Serviço Militar; e elaboração, anual, do Plano Geral de Convocação e acompanhamento de sua execução pelas Forças.

1.3.3 Chefia de Preparo e Emprego – CPE

As principais atividades desenvolvidas pela CPE estão relacionadas: ao assessoramento do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas nos assuntos relativos ao Preparo e Emprego Conjuntos das Forças Armadas; formulação e atualização da doutrina e dos planejamentos estratégicos para emprego conjunto das Forças Armadas; planejamento e coordenação do adestramento de emprego conjunto das Forças Armadas; proposição de diretrizes para o emprego singular das Forças Armadas; proposição de diretrizes, planejamento, coordenação e acompanhamento da atuação das Forças Armadas em Operações de Paz; proposição de diretrizes para a participação das Forças Armadas nas atividades subsidiárias; e planejamento do emprego das Forças Armadas nas Ações de Defesa Civil.

Para tal, a Chefia está subdividida nas seguintes Subchefias/Assessoria:

1.3.3.1 Assessoria de Inteligência Operacional – AIOP

Cabe à AIOP o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: proposição da doutrina e diretrizes para a atividade de Inteligência Operacional para operações conjuntas; participação na elaboração do planejamento de emprego conjunto das Forças Armadas, na área específica de Inteligência Operacional, para cada uma das Hipóteses de Emprego, previstas na Estratégia Militar de Defesa; proposição da doutrina e diretrizes para emprego da inteligência humana, de sinais e de imagens e das áreas de meteorologia, cartografia, sensoriamento remoto, tecnologia da informação e criptografia, no exclusivo interesse da atividade de Inteligência Operacional; e condução da atividade de Inteligência Operacional para as operações conjuntas.

1.3.3.2 Subchefia de Comando e Controle – SC/1

Cabe à SC/1 o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: proposição da política e as diretrizes gerais para o Sistema Militar de Comando e Controle, bem como exercer a coordenação de seu Conselho Diretor e supervisionar a execução do correspondente plano de desenvolvimento e implementação; em conjunto com as Forças Armadas, prover, aprimorar e manter em funcionamento seguro e ininterrupto os Centros de Comando e Controle Componentes e a infraestrutura do Sistema Militar de Comando e Controle, em todos os seus segmentos: espacial; móvel naval, terrestre e aeronáutico; e fixo terrestre; desenvolvimento da Doutrina de Comando e Controle e aplicá-la nos planejamentos estratégicos e operacionais relativos a situações de crise ou de conflito armado; promoção de convênios e representar o Ministério da Defesa perante outros Ministérios, agências governamentais e instituições públicas ou privadas, para os assuntos relacionados ao Sistema Militar de Comando e Controle; e alocação dos meios de Comando e Controle necessários às Ações de Defesa Civil.

1.3.3.3 Subchefia de Operações – SC/3

Cabe à SC/3 o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: proposição das bases para a Doutrina de Emprego Conjunto das Forças Armadas; elaboração do planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas para cada uma das Hipóteses de Emprego previstas na Estratégia Militar de Defesa e acompanhamento na condução das operações conjuntas decorrentes; proposição de diretrizes, planejamento e coordenação da participação das Forças Armadas em Operações de Paz; proposição de diretrizes para o planejamento e o emprego das Forças Armadas: na Garantia da Lei e da Ordem; na Garantia da Votação e da Apuração Eleitoral; na cooperação com a Defesa Civil; e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais; participação de medidas de orientação e treinamento de pessoas, nas áreas afetadas por desastre; e apresentação de relatório sobre as operações realizadas, procurando indicar medidas a serem adotadas com vistas a evitar ocorrências semelhantes.

1.3.3.4 Subchefia de Logística Operacional – SC/4

Cabe à SC/4 o assessoramento nas seguintes atividades, dentre outras: proposição da Doutrina de Logística para o Emprego Conjunto das Forças Armadas; participação nos planejamentos estratégicos de emprego conjunto das Forças Armadas, sob o aspecto da logística; orientação, sob a ótica da Doutrina de Logística, dos planejamentos operacionais de emprego conjunto das Forças Armadas; coordenação do apoio logístico e das medidas administrativas pertinentes à participação de tropas em Operações de Paz; indicação dos meios necessários de apoio logístico, em natureza e quantidade, bem como localização geográfica, para oferecer capacidade de pronta resposta às situações de desastre; e proposição das organizações militares que ficarão responsáveis pela gestão das infraestruturas a serem empregadas nas situações de desastre.

Apesar da atuação em áreas diversas, todas as atividades desenvolvidas pelas Chefias convergem para um mesmo produto, qual seja: defesa nacional.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas possui o seguinte Objetivo maior, que podemos considerar como Macroprocesso Finalístico: O Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas visando à Defesa Nacional, tendo como público alvo a Nação Brasileira.

Para tanto, realizou atividades de coordenação, supervisão, acompanhamento, normatização e planejamento das Forças Armadas nas diversas atividades ligadas ao emprego conjunto ou combinado, por intermédio de suas Chefias. Para a condução do seu macroprocesso finalístico, o EMCFA levou a

efeito a concepção e realização de um Planejamento Estratégico e Operacional no desenvolvimento de atividades junto com a Marinha, o Exército e a Força Aérea na realização das várias Operações Conjuntas/Combinadas desenvolvidas no ano de 2012, que sob a supervisão e normatização do EMCFA, possibilitaram o adestramento das Forças Armadas visando a defesa nacional. Nessas Operações, foram também engendradas tarefas no âmbito do Comando e Controle, objetivando o aperfeiçoamento dos sistemas de comunicação e de tecnologia da informação entre as Forças. O EMCFA também emitiu normas e orientações a fim de testar e melhorar a Interoperabilidade Logística entre as Forças, bem como participou ativamente dos eventos de Intercâmbio e Cooperação Internacional na Área de Defesa, com a realização da LAAD 2012 (Feira Internacional de Defesa e Segurança), entre outras ações nesta área. No que tange ao Acompanhamento do Cenário Político Nacional e Internacional, o EMCFA emitiu vários relatórios onde estão registradas todas as informações de interesse para a defesa do Brasil.

1.5 Macroprocessos de Apoio

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas é um Órgão de Assessoramento e de Coordenação. Como é uma Unidade Gestora sem autonomia administrativa e não possui tropa diretamente subordinada, utiliza a estrutura de pessoal, material e administrativa das Forças Armadas e da própria Administração Central do Ministério da Defesa para apoiar o desenvolvimento de suas atividades planejadas. Os macroprocessos de apoio do EMCFA são realizados pelas suas diversas Chefias e Subchefias, tais como recebimento e expedição de documentos, controle da execução de recursos de cada ação orçamentária, trâmite de documentos para as três Forças Armadas, etc. Portanto, esses macroprocessos de apoio encontram-se descentralizados nas Chefias e Subchefias do EMCFA.

1.6 Principais Parceiros

Os principais parceiros do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, para a consecução de suas atividades finalísticas, são: a Administração Central do Ministério da Defesa; e os Comandos da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Aeronáutica.

2. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão aborda o desempenho das atividades inseridas no Plano Plurianual 2012-2015 e contidas nos Programas 2057 – Política Externa (apenas a Ação 2C06 – Participação Brasileira em Missões de Paz); 2058 – Política Nacional de Defesa (apenas as Ações sob a responsabilidade do EMCFA); e 2108 – Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa (apenas a Ação 2866 – Ações de Caráter Sigiloso). As considerações acerca da Ação 2872 – Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório, pertencente ao Programa 2058, serão detalhadas no Relatório de Gestão da Unidade Orçamentária 52903 - Fundo do Serviço Militar, uma vez que as dotações orçamentárias desta Ação constituem aquele Fundo. Foram incluídas neste Relatório, ainda, as Ações: 14M2 – Emprego das Forças Armadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Conferência Rio +20, do Programa 1383 – Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade; 20G3 – Cooperação em Ações de Defesa Civil, do Programa 1029 – Resposta aos Desastres e Reconstrução; e Ação 20G3 - Cooperação em Ações de Defesa Civil, do Programa 2040 – Gestão de Riscos e Resposta a Desastres em razão dos recursos dessas Ações serem concedidos por Medidas Provisórias ao Ministério da Defesa e seus empregos coordenados pelo EMCFA e Ação 2000, do Programa 2108 – Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa, apesar dos Programas não serem gerenciados por este Estado-Maior. Estão destacadas, também, as principais atividades desenvolvidas por intermédio de cada Ação, em consonância com os registros constantes no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas é uma Unidade Gestora com função de Controle de recursos orçamentários alocados na Lei Orçamentária Anual, cujas despesas são realizadas pelos Comandos das Forças Armadas e pela Administração Central do Ministério da Defesa.

Dentre as realizações no exercício de 2012, destacam-se: as Operações Conjuntas AMAZÔNIA e ATLÂNTICO III; o prosseguimento da Missão de Paz no Haiti – MINUSTAHe da Força-Tarefa Marítima (FTM) que integra a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL); as operações

realizadas na faixa de fronteira, ressaltando-se as Operações ÁGATA 4, 5 e 6; as atividades de Comando e Controle e de Inteligência Operacional, que são fundamentais na coordenação entre as Forças atuantes e na elaboração do cenário atual da área aonde ocorrem essas operações e, quando necessário, por ocasião de desastres naturais em nosso País ou no exterior; estabelecimento de medidas de interesse comum na área de Logística de Defesa; aprimoramento da integração entre os órgãos do Sistema Nacional de Mobilização; continuidade das atividades ligadas ao Projeto Soldado-Cidadão; manutenção da Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa e da Representação Permanente do Brasil junto à Conferência de Desarmamento da Organização das Nações Amigas em Genebra; apoio às diversas comitivas de países amigos em visita ao Brasil; realização de Reuniões Bilaterais, no Brasil e no exterior, com as Forças Armadas de países da Europa, África, América do Norte e da América do Sul; e participação em congressos, seminários, reuniões que tratam de assuntos de interesse político e estratégico, na área de defesa, para o País.

As dificuldades encontradas foram decorrentes, inicialmente, do contingenciamento orçamentário, da ordem de 30 % e das limitações impostas às despesas com diárias e passagens, o que redundou em cortes de atividades ligadas à capacitação de recursos humanos, ao intercâmbio e cooperação militar internacional e na área de Defesa, aos Sistemas de Integração Logística e de Mobilização Nacional, e na redução do emprego de pessoal e meios militares por ocasião da realização dos exercícios de adestramento previstos.

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

3.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

O Planejamento Estratégico do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – EMCFA está direcionado e alinhado às Diretrizes constantes da Estratégia Nacional de Defesa, que é focada em ações estratégicas de médio e longo prazo e objetiva modernizar a estrutura nacional de defesa, atuando em três eixos estruturantes: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e política de composição dos efetivos das Forças Armadas.

Em conformidade com o Plano Plurianual 2012-2015, o EMCFA instituiu o seu Plano de Ação para o ano de 2012, com a colaboração de suas Chefias, as quais são responsáveis pela consecução de Objetivos Gerais, os quais são desdobrados em Objetivos Específicos que foram implementados por intermédio de Ações Orçamentárias, visando à realização de metas anuais estabelecidas, a saber:

- Chefia de Assuntos Estratégicos

OBJETIVO GERAL	
Promover a multilateralidade na área de Defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia Militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de Países do espectro de interesse do Brasil.	
OBJETIVO ESPECÍFICO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Desenvolvimento de ações de cooperação e intercâmbio militar não operacional com organismos internacionais e países inseridos no espectro do interesse militar e da Política Externa Brasileira.	2D55 – Intercâmbio e Cooperação Internacional Militar e na Área de Defesa.

- Chefia de Logística

1. OBJETIVO GERAL	
Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
Aperfeiçoamento e integração dos sistemas de Serviço Militar das Forças Armadas.	2872 – Mobilização par o Serviço Militar Obrigatório.
Implantação do Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB, em rede nacional privada, de forma a permitir a realização de exercícios e a execução dos Planos de Mobilização.	4427 – Exercícios de Mobilização para Defesa Nacional.
	5136 – Implantação do SINAMOB.
Implantação e gestão do Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa – SIGLD.	6515 – Sistema de Informações Logísticas de Defesa
	2000 – Administração da Unidade (Fundo de Rações Operacionais - FRO).

2. OBJETIVO GERAL	
Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.	
OBJETIVO ESPECÍFICO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do Serviço Militar.	6557 – Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar – Soldado Cidadão.

- Chefia de Preparo e Emprego

OBJETIVO GERAL	
Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de Comunicações, Comando e Controle.	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
Implantação e integração dos Centros de Comando e Controle do Ministério da Defesa e das Forças Armadas.	1489 – Implantação de Centros de Operações Conjuntas.
Implantação e operação do Sistema de Comunicações Militares.	2385 – Manutenção do Sistema de Comunicações Militares por Satélite – SISCOMIS.
	5132 – Implantação do SISCOMIS.
	5134 – Implantação do Sistema Militar de Comunicações Seguras.
Realização de ações de Inteligência Operacional.	2866 – Ações de Caráter Sigiloso.
Obtenção e tratamento de imagens e dados por sensoriamento remoto.	4222 – Sensoriamento Remoto para Apoio à Inteligência.
Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira.	6499 - Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira.
Realização de exercícios militares conjuntos e combinados.	4229 – Operações Militares Combinadas ou Conjuntas.
Intensificação do apoio, na ONU, a esforços em favor da paz e da segurança internacionais, com a participação em Missões de Paz.	2C06 – Participação Brasileira em Missões de Paz.

O acompanhamento da execução física e financeira é coordenado e orientado pela Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão – APOG/EMCFA e realizado por intermédio da atuação dos Coordenadores e Coordenadores-Executivos das Ações Orçamentárias.

As atividades de acompanhamento são, quando pertinentes, complementadas com a produção de relatórios críticos que visam ao aperfeiçoamento das doutrinas vigentes e ao emprego judicioso e otimizado dos meios pessoais, materiais e dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis.

3.2 Estratégias da Atuação frente aos Objetivos Estratégicos

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas desenvolve suas competências por intermédio de suas Chefias, a saber: Chefia de Assuntos Estratégicos, nas áreas de Política, Estratégia, Assuntos Internacionais, Inteligência e Contraineligência Estratégicas; Chefia de Logística, nas áreas da Logística, Mobilização e Serviço Militar; e Chefia de Preparo e Emprego, no emprego conjunto das Forças Armadas.

Desta forma, a estratégia de atuação do EMCFA, para o atendimento de suas responsabilidades institucionais, são as seguintes:

3.2.1 Chefia de Assuntos Estratégicos

- Visitas técnicas aos órgãos de defesa de outros países, com a finalidade de verificar suas estruturas funcionais e troca de experiências; viagens de estudo; pesquisas nos órgãos militares de ensino no Brasil e no Exterior; participação em seminários no Brasil e no exterior, para o desenvolvimento industrial de produtos de defesa; reuniões estratégicas na área de defesa, com os países de interesse fronteiriços, com objetivos de proteção das fronteiras em comum; reuniões bilaterais, tanto no Brasil, como em diversos países da Europa, Ásia, África, América do Norte e países sul-americanos, visando ao intercâmbio de experiências e informações militares, bem como ao aperfeiçoamento de doutrinas e ao fortalecimento da confiança mútua entre as instituições participantes; participação em congressos, cursos, conferências, palestras e fóruns no Brasil e no exterior, com o objetivo de aperfeiçoar a capacitação de recursos humanos; atualização da Política de Defesa Nacional; atualização da Estratégia Nacional de Defesa; coordenação do cadastramento das Florestas Públicas em áreas

militares; e proposta de Decreto para regulamentar o Licenciamento Ambiental no âmbito das Forças Armadas.

3.2.2 Chefia de Logística

- Na área da Integração Logística: desenvolvimento do Sistema de Logística de Defesa, de modo a contribuir com uma maior eficiência das atividades de logística de defesa, bem como otimizar recursos e buscar a racionalidade administrativa; desenvolvimento de software denominado “Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa, denominado SIGLMD, com o objetivo de proporcionar uma maior integração das Forças Armadas nessas áreas, ampliando a capacidade de atuarem de forma conjunta. A execução do sistema está sob a responsabilidade do escopo do Centro de Análises de Sistemas Navais – CASNAV, previamente formalizado no Termo de Compromisso 23000/12-030/00; e visitas técnicas a setores responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção de Sistemas de Informações Gerenciais de Logística Militar, a fim de promover uma avaliação dos sistemas existentes nas Forças Armadas e a identificação dos pontos críticos em função de novos processos a serem implantados.

- Na área da Mobilização: o incremento dos trabalhos no âmbito do Comitê do Sistema Nacional de Mobilização – SINAMOB, na capacitação de recursos humanos e na participação em exercícios conjuntos patrocinados pelo Ministério da Defesa; a orientação do Comitê Gestor do Projeto Soldado-Cidadão, para aumentar o número de jovens brasileiros, incorporados às fileiras das Forças Armadas, formados por intermédio de cursos profissionalizantes que lhes proporcionem qualificação social e profissional, complementem sua formação cívico-cidadã e facilitem seu ingresso no mercado de trabalho; e visitas técnicas a Organizações Militares executores do serviço militar e do Projeto Soldado-Cidadão.

3.2.3 Chefia de Preparo e Emprego

Na área de Comunicações, Comando, Controle e Inteligência Operacional:

- Difusão da doutrina de Comando e Controle no âmbito das Forças Armadas e das Escolas de Altos Estudos Militares; prosseguimento na implantação e aprimoramento do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²); evolução contínua e necessária de versões do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM), com atualização de equipamentos, software e capacitação de recursos humanos; realização de estágios de C² nos Comandos Militares de Área por ocasião dos exercícios de adestramento; modernização do Centro de Operações Conjuntas (COC); participação em operações multinacionais, com propósito de identificar subsídios para a evolução da doutrina e do SISMC²; manutenção da infraestrutura, do suporte técnico e do apoio operacional às ações de C² das Forças de Paz no Haiti e no Líbano; ampliação e modernização da rede do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS) para servir de infraestrutura de telecomunicações do SISMC²; fornecimento de imagens de satélites de alta e média resolução para auxiliar no planejamento das operações conjuntas; integração doutrinária entre os Centros de Guerra Eletrônica das Forças Armadas; aperfeiçoamento da estrutura do Centro de Inteligência Operacional; realização de visitas técnicas a centros de geração de imagem no Brasil; expansão da atividade de sensoriamento remoto no âmbito das Forças Armadas; e capacitação de recursos humanos por intermédio da participação em cursos, seminários e simpósios, no Brasil e no exterior.

Na área do Emprego Conjunto das Forças Armadas:

- Desenvolvimento de atividades de Inteligência que possibilitem um assessoramento mais seguro ao processo decisório da Chefia de Preparo e Emprego e um melhor planejamento para o preparo e o emprego conjunto das Forças Armadas; Operações Militares Conjuntas, empregando meios navais, terrestres e aéreos das três Forças Armadas, com expressiva participação de órgãos governamentais e civis; participação nas operações multinacionais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP); intensificação da presença das Forças Armadas na fronteira; prosseguimento na Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti – (MINUSTAH); ampliação da capacidade operacional da Força-Tarefa Marítima (FTM) que integra a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL); prosseguimento da participação de militares brasileiros em diferentes missões de paz da ONU e da OEA; seminários e simpósios, visando à difusão doutrinária, capacitação e atualização dos recursos

humanos; e atendimento às atribuições subsidiárias das Forças Armadas, no tocante ao desenvolvimento nacional e ao apoio à defesa civil, no nível operacional, quando solicitado pelo Governo Federal e/ou pelos seus órgãos.

As principais dificuldades encontradas na consecução dos objetivos e metas mencionados foram decorrentes do contingenciamento orçamentário inicial no exercício de 2012, da ordem de 30%, e das limitações impostas às despesas com diárias e passagens, o que implicou a redução de atividades planejadas, de contratação de serviços, de aquisição de materiais e equipamentos, bem como da amplitude do emprego de pessoal, material bélico e infraestrutura de apoio aos exercícios militares realizados.

As metas físicas corrigidas foram cumpridas com redução proporcional da manutenção, de recursos humanos inscritos nos cursos de capacitação e na dificuldade técnica para a aquisição de equipamentos específicos para o Sistema de Comunicações Militares por Satélite.

As Operações Conjuntas programadas, Operação AMAZÔNIA e ATLÂNTICO III, foram realizadas com os efetivos e meios militares empregados reduzidos. Embora tenha ocorrido a redução do efetivo adestrado, a verificação da Doutrina de Emprego Conjunto pôde ser avaliada a contento.

Deu-se continuidade na expansão do Sistema Militar de Comando e Controle, e houve redução na capacitação de seus recursos humanos. Mesmo assim, o Centro de Comando e Controle continuou operando e dando suporte em comunicações durante as operações militares no País e no exterior, especificamente no Haiti e Líbano.

As atividades na área do Intercâmbio Militar Internacional e de Defesa, da Política e Inteligência Estratégicas se desenvolveram com restrições, particularmente nos eventos de apoio às comitivas estrangeiras em visita oficial ao Brasil, que demandaram maiores despesas com diárias e passagens.

O Projeto Soldado-Cidadão proporcionou a formação profissional de 14.659 jovens em Serviço Militar, meta acima do planejado.

A busca de subsídios para a integração de conceitos, doutrinas, organização e procedimentos direcionaram as atividades ligadas à Logística e à Mobilização, junto às Forças Armadas e, principalmente, junto aos órgãos do SINAMOB, respectivamente.

Cabe ressaltar que encontra-se em tramitação na Casa Civil da Presidência da República uma proposta de Decreto que aprova a nova Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, dando concretude às disposições da Estratégia Nacional de Defesa. Essa nova estrutura proporcionará um acréscimo de recursos humanos ao EMCFA, possibilitando, assim, uma atuação mais eficiente no cumprimento de suas atribuições constitucionais.

3.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações

3.3.1 Análise Crítica das Ações

A Ação 2872 – Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório será objeto do Relatório de Gestão da Unidade Orçamentária 52903 – Fundo do Serviço Militar.

3.3.1.1 Ação 1489 – Implantação de Centros de Operações Conjuntas

Em 2012, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 1489:

- prosseguimento da modernização do Centro de Comando e Controle do Ministério da Defesa (CC²MD); manutenção da operação integrada dos Centros de Comando e Controle do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²); atualização da versão do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM); atualização de equipamentos e tecnologia empregados nos Centros de Comando e Controle da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira; capacitação de pessoal, por intermédio de visitas técnicas a outros Centros de C² no Brasil e no exterior e da participação em conferências, simpósios e cursos no Brasil e no exterior; e ampliação da capacidade de gestão de dados da Rede Operacional de Defesa (ROD) do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²), por meio de aquisição de equipamentos.

Conforme consulta realizada no SIAFI Gerencial, verificou-se que na Ação 1489 foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 1.500.274,37. Apesar da meta física não ser totalmente atingida, foram realizados aperfeiçoamentos nos Centros de Operações Conjuntas do MD e dos Centros de Comando e Controle das Forças Armadas.

3.3.1.2 Ação 2385 – Manutenção do Sistema de Comunicações Militares por Satélite

No ano de 2012, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 2385:

- visitas às instalações das estações fixas e das empresas prestadoras de serviços contratadas; pagamento dos contratos de manutenção dos equipamentos de centrais telefônicas à empresa Damovo; pagamento dos contratos de aluguel dos enlaces satelitais em Banda X e Ku e terrestres às empresas Star One, Embratel e Oi; custeio da manutenção de equipamentos, não cobertos pelos contratos citados; custeio da manutenção de equipamentos navais que compõem o SISCOMIS; aquisição de suprimento para a manutenção dos terminais do SISCOMIS; e capacitação de recursos humanos no Brasil e no exterior.

Conforme consulta realizada no SIAFI Gerencial, verificou-se que na Ação 2385 foi inscrito em Restos a Pagar não processados o valor de R\$ 1.835.374,35. Apesar disto, não houve comprometimento na manutenção do Sistema, que operou normalmente, proporcionando o suporte para que as atividades de Comando e Controle continuassem a ser desencadeadas, por intermédio dos meios de comunicações existentes para transmissão de dados, imagens, videoconferências entre outros.

3.3.1.3 Ação 4222 – Sensoriamento Remoto para Apoio à Inteligência

No ano de 2012, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 4222:

- operação e manutenção do Centro de Inteligência Operacional (CIOp) do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA); prosseguimento na implantação do Projeto SIGWEB/SIGDESKTOP e da Rede de Guerra Eletrônica de Defesa (RGED); visitas técnicas para instalação do Portal de Inteligência Operacional (PIOp); contratação de serviços de fornecimento de imagens satelitais; realização do III Encontro de Guerra Eletrônica de Defesa (III EGED); apoio e participação no Fórum de Geointeligência; aquisição de equipamentos para o Centro de Inteligência Operacional (CIOp); inclusão como Usuário Autorizado no Internacional Charter for Disasters; e capacitação em geoprocessamento, junto ao Instituto de Pesquisas Espaciais, de militares do CIOp.

O contingenciamento inicial aplicado a esta ação em 2012 e a limitação de despesas com diárias e passagens afetou o cronograma de instalação das estações do Portal de Inteligência Operacional, impacto esse que foi minimizado com os descontingenciamentos específicos para atender as Operações Ágatas.

Devido à necessidade de aquisição de imagens recentes, a fim de atender às Operações Conjuntas, Grandes Eventos e desastres naturais, foram gerados restos a pagar não processados no valor de R\$ 1.435.284,41.

3.3.1.4 Ação 5132 – Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite - SISCOMIS

O Sistema de Comunicações Militares via Satélite (SISCOMIS) constitui a infraestrutura de telecomunicações para o Sistema Militar de Comando e Controle do Ministério da Defesa.

O SISCOMIS é composto de estações fixas com oito instalações terrestres principais, nas cidades de Brasília - DF, Porto Alegre - RS, Curitiba - PR, Campo Grande - MS, Manaus - AM, Rio de Janeiro - RJ, Belém - PA e Natal - RN, com ramificações para diversas localidades, interligando, atualmente, 406 Organizações Militares em todo o País.

Para atender às operações militares, o SISCOMIS possui, ainda, estações transportáveis e móveis, operando através de enlaces satelitais em banda Ku ou na banda X, cujo emprego é exclusivamente militar. Essa rede se caracteriza por permitir elevada mobilidade, possibilitando a operação de estações em qualquer ponto na área de cobertura dos satélites, ou seja, América do Sul, América Central, Antártica, Mar do Caribe e Atlântico Sul.

O SISCOMIS é o mais importante meio de telecomunicações para o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas no atendimento às Operações Combinadas ou Conjuntas, em missões humanitárias e nas missões de manutenção da Paz, como no Haiti e no Líbano.

Os recursos da Ação 5132 têm sido aplicados, principalmente, na ampliação dessa rede. Assim, com os valores liberados em 2012, foram planejadas as seguintes atividades:

- aquisição de terminais móveis navais em banda X e banda Ku; aquisição de terminais man-pack em Banda Ku; aquisição de um sistema de acesso ao satélite, utilizando tecnologia DAMA

(Demand Assigned Multiple Access); e aquisição de equipamentos de manutenção e peças de reposição para o SISCOMIS.

Conforme consulta realizada no SIAFI Gerencial, verificou-se que na Ação 5132 foi inscrito em Restos a Pagar não processados o valor de R\$ 7.075.517,79. O atraso no atingimento da Meta Física é devido às dificuldades na obtenção de empresas habilitadas para o fornecimento de material de complexidade técnica.

3.3.1.5 Ação 5134 – Implantação do Sistema de Comunicações Militares Seguras

O Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED) é um conjunto de enlaces de comunicações de dados padronizados e adequados para a transmissão de informações táticas digitalizadas, interligando dois ou mais Sistemas de Comando e Controle ou de Armas, caracterizando-se pela segurança da informação e da transmissão.

O projeto SISTED necessita de incremento de recursos nesta Ação, a fim de possibilitar a contratação de empresas para o desenvolvimento e aplicação das soluções de integração entre os sistemas táticos das Forças Armadas.

Em 2012, foram realizadas as seguintes atividades no âmbito da Ação 5134:

- reuniões de projeto, para revisão, conclusão e aprovação da Arquitetura do SISTED; confecção do projeto básico referente às integrações necessárias no âmbito da Defesa Aeroespacial; capacitação de pessoal, para a continuidade e modificação da fase do projeto; contratação de recursos humanos para a Modelagem Operacional referente à Capacidade de Defesa Aeroespacial, com a contratação de uma empresa para efetuar tal modelagem; reforma do Laboratório do SISTED-FAB no Instituto de Estudos Avançados (IEAv) em São José dos Campos - SP, além de aquisição de equipamentos para o seu funcionamento; aquisição de material permanente para o Laboratório do SISTED-EB; e custear o aprestamento das Forças Navais em apoio ao SISTED (CASNAV).

Conforme consulta realizada no SIAFI Gerencial, verificou-se que na Ação 5134 foi inscrito em Restos a Pagar não processados o valor de R\$ 126.958,87, o que não comprometeu o atingimento da Meta Física estabelecida para o ano de 2012.

3.3.1.6 Ação 4427 – Exercícios de Mobilização para Defesa Nacional

Em 2012, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 4427:

- realização de palestras para alunos das Escolas de Guerra Naval, de Comando e Estado-Maior do Exército, de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica, de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica e para estagiários da Escola Superior de Guerra; realização de Palestras nas Escolas de Formação de Oficiais e Praças da Marinha e do Exército; participação de integrantes do Órgão Central do SINAMOB no IV Seminário de Mobilização Militar; participação nos planejamentos estratégico, operacional e tático da Operação Amazônia; participação nos planejamentos e execução do adestramento da Mobilização com o transporte de uma subunidade do 17º Batalhão de Infantaria de Selva (pessoal e material) da cidade de Tabatinga-AM para Manaus-AM; participação nos planejamentos e execução da Operação Atlântico III, materializado no apoio ao adestramento da mobilização voltada para o acolhimento de evacuados não-combatentes na região de Santa Maria-RS; e participação na execução do Exercício de Mobilização do 13º Batalhão de Infantaria Blindado em Três Barras-SC, no apoio à convocação de reservistas para mobiliar uma Companhia de Fuzileiros Brindada (efetivo de 160 homens) e à mobilização de recursos logísticos necessários ao deslocamento de viaturas blindadas M-113.

Em que pese haver R\$ 5.589,24 inscritos em Restos a Pagar Não Processados, não houve comprometimento na obtenção da Meta Física prevista para 2012.

3.3.1.7 Ação 5136 – Implantação do Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB

Em 2012, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 5136:

- atualização da Doutrina Básica de Mobilização Nacional, de 1987, com a constituição de um Grupo de Trabalho por meio da Portaria Ministerial Nº 2906, de 06 de novembro de 2012, contando com a participação de civis e militares, representantes dos subsistemas setoriais do SINAMOB e pelas Forças Armadas (FA). Em 2012 foram realizadas nove reuniões de trabalho; realização de

intercâmbio de Mobilização Nacional junto à República Popular da China em setembro, que, além de aportar subsídios à estrutura e a implantação do SINAMOB, colaborou com os trabalhos de atualização da doutrina; realização, no mês de maio, de uma Discussão Doutrinária de Mobilização Nacional, com a presença das FA e da Escola Superior de Guerra (ESG) e de um Painel de Mobilização Nacional voltado especificamente às pastas ministeriais componentes do SINAMOB; participação pioneira, em novembro, de parcela de representantes dos Órgãos de Direção Setorial do SINAMOB em palestra para o Curso de Logística e Mobilização Nacional da ESG voltado para o ensino da Mobilização Nacional que prepara civis e militares; prosseguimento no desenvolvimento do Módulo de Informações Gerenciais de Mobilização Nacional, banco de dados específico para apoiar os trabalhos da Mobilização Nacional. Tal Módulo vem sendo desenvolvido pelo Centro de Análise de Sistemas Navais da Marinha do Brasil, com coordenação da Assessoria de Apoio a Sistemas de Cartografia, Logística e Mobilização do Ministério da Defesa, a partir do software que apoia o Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD), visando economia de meios. No exercício financeiro de 2012, o ressarcimento dos serviços prestados foi executado com a participação da Subchefia de Mobilização, por meio de destaque de crédito para o CASNAV no valor correspondente de R\$ 34.959,47; continuidade ao levantamento e análise dos requisitos iniciais atinentes à Mobilização Nacional, iniciado em 2011, e consolidados no Conceito Operacional do SIGLMD. A previsão de conclusão do desenvolvimento do SIGLMD está prevista para dezembro de 2014; e aquisição de hardware voltado para a implantação do Núcleo de Mobilização no Estado-Maior do Comando do 6º Distrito Naval (DN), em Ladário/MS, que permitirá acesso a cadastro de empresas fornecedoras de material e de prestação de serviços na área do 6º DN, com dedicação exclusiva para o SINAMOB.

Em que pese haver R\$ 36.662,05 inscritos em Restos a Pagar Não Processados, não houve comprometimento na obtenção da Meta Física prevista para 2012.

3.3.1.8 Ação 2866 – Ações de Caráter Sigiloso

Esta Ação Orçamentária possibilita um assessoramento mais seguro ao processo decisório do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e, por meio do desenvolvimento de atividades de Inteligência Operacional, um melhor planejamento para o emprego conjunto das Forças Armadas.

No ano de 2012, a Ação proporcionou as seguintes realizações:

- missões de reconhecimento de Inteligência em diversos Estados brasileiros, com o intuito de subsidiar os planejamentos estratégicos e operacionais no âmbito das Forças Armadas; participação nas Operações AMAZÔNIA , RIO+20, ATLÂNTICO III e ÁGATA (edições 4, 5 e 6), além do Exercício Simulado AZUVER e na elaboração de Planejamentos Operacionais; capacitação de militares pela participação em seminários, simpósios e conferências; aquisição de material permanente voltado para a melhoria da segurança orgânica do EMCFA;

- apoio às atividades de Inteligência da Chefia de Assuntos Estratégicos / Ministério da Defesa: participação no Congresso Sul Americano de Inteligência Estratégica, realizado na Colômbia; participação nos planejamentos estratégicos das Operações Conjuntas e Interagências realizadas e coordenadas pelo Ministério da Defesa; participação na avaliação dos contingentes brasileiros nas Missões de Paz da ONU no Haiti e no Líbano; realização de visitas técnicas às Aditâncias Militares do Brasil no exterior, a fim de incrementar as atividades realizadas naquelas organizações militares; e realização de manutenção em equipamentos de apoio às atividades de segurança orgânica.

3.3.1.9 Ação 4229 – Operações Militares Combinadas ou Conjuntas

Esta Ação Orçamentária proporciona condições para o Emprego Conjunto das Forças Armadas por meio de Exercícios de Adestramento, onde são empregados, simultaneamente, tropa, material e equipamentos bélicos das três Forças. É através dela que são realizados intercâmbios internacionais para troca de experiências na área militar com países de nações amigas.

No corrente ano, foram desenvolvidas diversas atividades, a saber: Planejamentos Estratégicos e Operacionais, de acordo com os Planos de Emprego das Forças Armadas em caso de defesa do território nacional contra agentes externos; capacitação de pessoal por intermédio de cursos e seminários; realização dos Seminários “Apoio Aéreo Aproximado”, “Atuação das Forças Armadas

em Face das Ameaças Terroristas” e “Defesa Territorial”; e adestramento da tropa por intermédio de Exercícios Conjuntos ou Combinados. Parte dos recursos também foram empregados nas Operações ÁGATA 4, 5 e 6, citadas nos itens 3.3.1.10.5, 3.3.1.10.6 e 3.3.1.10.7. Destacaram-se, ainda, as seguintes atividades no âmbito da Ação 4229:

3.3.1.9.1 Operações Conjuntas

Foram realizadas as seguintes Operações Conjuntas, sob a coordenação do EMCFA:

3.3.1.9.1.1 Operação AMAZÔNIA

Realizada no período de 17 a 28 de setembro, visou ao adestramento das Forças Armadas no planejamento e execução de Operações Conjuntas com ênfase na defesa da soberania, com preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos à Amazônia, intensificando a presença das Forças Armadas naquela região. Foram empregados cerca de oito mil militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, navios, aeronaves de combate e de transporte e desdobramento de tropas especiais.

A operação na foz do rio Amazonas, abrangendo os estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Acre, exigiu o desdobramento de meios e tropas de outras regiões do País. Os militares das três Forças que participaram do treinamento tiveram como objetivos principais a difusão do sentimento de patriotismo e da mentalidade de defesa junto à população.

Foi o 10º exercício desse porte realizado na região Amazônica desde 2002, com vistas a aprimorar o adestramento das três Forças para atuar, de forma coordenada e eficaz, em conflitos convencionais no ambiente ribeirinho e de selva. Além de reforçar a presença do Estado Brasileiro na Amazônia, a Operação Amazônia 2012 teve por objetivos: treinar os Comandos e Estados-Maiores sob o cenário de um conflito armado convencional no ambiente amazônico; intensificar a presença das Forças Armadas e a vigilância na área de operações, estabelecendo complexa estrutura logística e explorando os aspectos de Comando e Controle e de Inteligência necessários ao exercício; realizar treinamento conjunto, nos níveis operacionais e táticos, em situações específicas, visando à interoperabilidade das Forças Navais, Terrestres e Aéreas; e efetivar ações que envolvam o combate convencional, tais como: operações navais, aeromóveis e aeroterrestres; coordenação do espaço aéreo; e interdição do apoio externo.

Durante a Operação Amazônia 2012, foram realizadas, ainda, Ações Cívico-Sociais (ACISO), o que propiciou o apoio às comunidades carentes. As ACISO contemplaram atendimentos médicos-odontológicos e prevenção de doenças endêmicas na área de operações.

3.3.1.9.1.2 Operação ATLÂNTICO III

Realizada no período de 19 a 30 de novembro, nas Regiões Sudeste e Sul, a Operação Atlântico decorre de um complexo planejamento realizado por um Estado-Maior Conjunto, sendo executada nas Águas Jurisdicionais e no território Brasileiro.

A mobilização militar conjunta neste exercício teve como objetivo realizar exercícios numa área dentro da chamada “Amazônia Azul” – espaço marítimo de 3,5 milhões de km² e que abriga reservas de petróleo e gás da chamada área do pré-sal. Empregou 10 mil militares numa área, compreendendo os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A Operação Atlântico 2012 foi mais uma etapa de adestramento conjunto das Forças Armadas brasileiras que buscou focar o adestramento dos militares para a proteção da área do pré-sal, de importantes portos da costa brasileira e de suas linhas de comunicação marítima, bem como usinas nucleares e hidrelétricas, refinarias de petróleo e redes de comunicação e de infraestruturas críticas do País.

Nessa área operacional, foram realizadas, dentre outras, as seguintes ações: Marinha - Controle de Tráfego Marítimo, operações com submarinos, proteção de infraestruturas portuárias e de apoio logístico; Exército - operações ofensivas e defensivas, lançamento de paraquedistas, defesa antiaérea e defesa de infraestruturas de valor econômico; e Força Aérea - coordenação do espaço aéreo, tarefas de interdição e de sustentação do combate, operações com aeronaves em proveito da Força Naval.

A Operação Atlântico contou com dois navios escolta, dois navios de apoio, dois submarinos, três navios-patrolha e seis helicópteros da Marinha. O Exército participou com 96 viaturas leves, 101 viaturas de transporte, nove viaturas blindadas e nove ambulâncias. A Força Aérea colocou à disposição quatro aeronaves de ataque, cinco de patrulha, cinco de transporte e um helicóptero.

Além das atividades essencialmente militares, foram realizadas ações de apoio e assistência à população na região onde a operação foi desenvolvida. Nessas ações, foram efetuados atendimentos médicos e odontológicos às comunidades bem como restaurações prediais de escolas públicas. Com essa operação, as Forças Armadas fortalecem suas capacidades para a defesa dos interesses nacionais relativos às Regiões Sul e Sudeste e seus vínculos com a sociedade.

3.3.1.9.1.3 Operação FELINO

O Brasil participou das Conferências Principal e Final de Planejamento para o Exercício Felino que ocorreram na cidade de Boanes, Moçambique, nos períodos de 13 a 17 de novembro e de 10 a 14 de dezembro de 2012. A título de informação, o Exercício, a ser realizado em 2013 no formato de carta em Moçambique, integra as Forças Armadas dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

As reuniões tiveram como foco a elaboração dos documentos estruturantes necessários ao controle e desenvolvimento do Exercício, como as suas Especificações, a Ordem de Operações, a Diretriz de Planejamento e o Acordo Técnico.

3.3.1.9.2 Exercício de Simulação AZUVER

Os Exercícios de Simulação são importantes ferramentas para a sedimentação, validação e teste da doutrina conjunta. No ano de 2012, esta simulação ocorreu através do exercício AZUVER.

O Ministério da Defesa participou do AZUVER 2012, em conjunto com as 3 Forças Armadas e a Escola Superior de Guerra. Este exercício de Simulação dos Cursos de Comando e Estado-Maior foi dividido em três fases, sendo duas de planejamento e uma de execução da simulação propriamente dita. Reuniu, aproximadamente, 450 Oficiais Superiores das três Forças, contando, ainda, com a participação de Oficiais do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Na execução do AZUVER 2012, os participantes integraram os Grandes Comandos Conjuntos e Forças Componentes. Foi desenvolvido no período de 5 a 14 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro, tendo por sede as Escolas de mais alto nível das Forças Armadas: Escola Superior de Guerra (ESG); Escola de Guerra Naval (EGN); Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); e a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR).

Conforme consulta realizada no SIAFI Gerencial, verificou-se que na Ação 4229 foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 6.769.127,26, não comprometendo o atingimento da Meta Física planejada.

3.3.1.10 Ação 6499 – Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira

Tendo em vista a grande dimensão territorial do Brasil, com uma longa faixa de fronteira a ser vigiada e defendida, faz-se necessário manter e intensificar, cada vez mais, ações militares na fronteira, aumentando a presença das Forças Armadas e do Estado naquela região, atuando de forma conjunta.

Observando essa realidade, foram realizadas operações nas áreas de fronteira como, por exemplo: a Operação Amazônia; Reconhecimentos de Fronteira (REFRON); e a Proteção ao Meio Ambiente, e demais operações discriminadas mais abaixo.

O Ministério da Defesa realizou ações com o objetivo de intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira provenientes do Plano Estratégico de Fronteiras. O Plano Estratégico de Fronteiras, iniciativa instituída por Decreto Presidencial, estabelece uma coordenação conjunta para atuar em pontos estratégicos dos mais de 16 mil quilômetros de fronteiras brasileiras. Além das Forças Armadas, que no âmbito do Ministério da Defesa têm sua participação coordenada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, as operações envolvem a Receita Federal, o IBAMA, os Departamentos de Polícia Federal e de Polícia Rodoviária Federal,

bem como a Secretaria Nacional de Segurança Pública e a Força Nacional de Segurança Pública. Os objetivos centrais do Plano Estratégico de Fronteiras são a redução dos índices de criminalidade e o enfrentamento ao crime organizado. Entre os crimes fronteiriços mais comuns estão o tráfico de drogas, de armas e de pessoas, além dos ilícitos ambientais fiscais, como o contrabando e o descaminho. O Brasil tem uma fronteira de 16.880 quilômetros com dez países da América do Sul. Esse trecho vai do Chuí (RS) ao Oiapoque (AP). Como forma de assegurar a presença do Estado na região, o Ministério da Defesa articula a Operação Ágata que sempre é sucedida pela operação Sentinela, a cargo do Ministério da Justiça. São dois os eixos principais do Plano: o primeiro é o fortalecimento da Operação Sentinela, que é realizada com êxito pelo Ministério da Justiça, desde 2010, tendo caráter permanente e foco nas ações de inteligência, por intermédio de sua intensificação e apoio das Forças Armadas, além da ampliação do efetivo de policiais dedicados exclusivamente à operação; o segundo eixo é a Operação Ágata que, diferentemente da Sentinela, é de natureza pontual e temporária, tendo como base o aumento da presença e do impacto das forças envolvidas em pontos focais da faixa de fronteira.

3.3.1.10.1 Operação CURARE I a III

Operações realizadas ao longo do ano pelo Comando Militar da Amazônia, contando com tropas regionais das três Forças Armadas, para intensificar a presença do Estado na faixa de fronteira e combater os ilícitos transfronteiriços, conforme preceituam as Leis Complementares 97, 117 e 136.

Foram realizadas na linha de fronteira Norte com os países do Arco Amazônico. Delas participaram, além das Forças Armadas, os Órgãos de Segurança Pública das esferas federal, estadual e municipal, a Receita Federal, o IBAMA e a Vigilância Sanitária. Durante as operações, foi intensificada a vigilância na faixa de fronteira, por meio de patrulhamentos terrestres, aéreos e fluviais. Também foram estabelecidos postos de bloqueio e controle nas estradas e nas calhas dos rios para a realização de revistas em viaturas e embarcações, reprimindo os delitos transfronteiriços e ambientais.

Concomitante às ações de patrulhamento e fiscalização, desenvolveram-se Ações de Caráter Cívico-Social (ACISO), com destaque para o atendimento médico e odontológico aos residentes na área de operações, bem como a apresentação de bandas de música militares, atividades lúdicas para as crianças, palestras nas escolas, expedição de documentos do Serviço Militar, entre outras.

3.3.1.10.2 Operação FRONTEIRA SUL I e II

Realizadas ao longo de todo o ano e coordenadas pelo Comando de Operações Terrestres, contando com recursos humanos e materiais do Comando Militar da Sul.

A Operação FRONTEIRA SUL tem a finalidade de intensificar a presença do Estado na faixa de fronteira e combater os ilícitos transnacionais, conforme preceituam as Leis Complementares nº 97, 117 e 136.

3.3.1.10.3 Operações CADEADO e ATALAIA

Executadas na região Centro-Oeste, foram realizadas ao longo de todo o ano e coordenadas pelo Comando de Operações Terrestres. As Operações contaram com recursos humanos e materiais do Comando Militar do Oeste e suas finalidades foram a de intensificar a presença do Estado na faixa de fronteira e combater os ilícitos transnacionais, conforme preceituam as Leis Complementares nº 97, 117 e 136.

3.3.1.10.4 Operação PORTEIRA FECHADA

Operação realizada ao longo do ano pelo Comando da Aeronáutica, coordenada pelo Comando de Defesa Aeroespacial Brasileira (COMDABRA), em proveito do policiamento do espaço aéreo em todo o território nacional, com ênfase nas fronteiras setentrional e ocidental do Brasil. Tem como objetivo principal estabelecer procedimentos que possibilitem uma maior eficácia no combate aos tráfegos ilícitos nacionais e transnacionais.

3.3.1.10.5 Operação ÁGATA 4

No período de 2 a 17 de maio, o Ministério da Defesa conduziu a Operação Ágata 4 no Norte do País, numa área que faz divisa com a Venezuela, o Suriname, a Guiana Francesa e a Guiana. O patrulhamento mobilizou mais de 8,6 mil militares e civis com a participação de entidades governamentais, como IBAMA, FUNAI e Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), além de fiscais da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). O levantamento dos setores de inteligência das Forças Armadas resultou na identificação de, pelo menos, dez pistas clandestinas utilizadas para pousos e decolagens em áreas de garimpo.

As Forças Armadas realizaram, também, Ações Cívico-Sociais. Para tal, foi montado numa balsa um Hospital de Campanha (HCAMP) para atender à população ribeirinha no distrito de Moura, a 90 quilômetros de Manaus, e no município de Barcelos, que fica distante 490 quilômetros da capital do Amazonas. O HCAMP foi rebocado por uma embarcação pelo rio Negro e dotado de modernos equipamentos para realização de exames, como raio-X, ultrassom e hemograma. As barracas do HCAMP possuíam instrumentos para atender a população nas seguintes especialidades: Clínica Médica; Dermatologia; Ortopedia; Pediatria; Ginecologia – inclusive com exame preventivo; e Odontologia.

3.3.1.10.6 Operação ÁGATA 5

A Operação Ágata 5, do Ministério da Defesa, foi realizada no período de 6 a 20 de agosto e resultou na prisão de 31 pessoas e apreensão de 6 toneladas de entorpecentes. Em 15 dias de ação, o aparato militar recolheu 182 carros e embarcações numa área de 3,9 mil quilômetros de fronteira com a Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Esta edição da Ágata mobilizou 17 mil militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, além de civis, nos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na primeira semana, o serviço de inteligência localizou material explosivo em Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

As Forças Armadas realizaram, também, Ações Cívico-Sociais com o objetivo de atender à população carente que reside na área de fronteira. De acordo com o balanço, em duas semanas ocorreram 122 ações desta natureza com 7.617 atendimentos médico-odontológicos e 15.638 atendimentos diversos aos cidadãos como, por exemplo, entrega de medicamentos ou roupas. A parceria entre os Ministérios da Defesa e da Saúde possibilitou, ainda, o atendimento em reservas indígenas.

3.3.1.10.7 Operação ÁGATA 6

A Operação Ágata 6 foi realizada de 9 a 22 de outubro e é parte do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) instituído por Decreto Presidencial. A Operação Ágata 6 patrulhou 4.216 quilômetros, indo de Corumbá (MS) a Mâncio Lima (AC). A Operação Ágata 6 foi marcada pelas apreensões de 3,7 toneladas de drogas, 67 veículos e 201 embarcações dentre as 6.530 embarcações inspecionadas. Desse total, 674 foram notificadas. Em duas semanas de operação militar, aconteceram 35 mil vistorias de veículos e 17 mil revistas de pedestres. Na região, foram feitas inspeções em 132 aeronaves civis e em 88 aeródromos.

Além do aparato militar, a Operação Ágata 6 realizou Ações Cívico-Sociais (ACISOS). Com isso, 19.510 moradores de regiões carentes foram atendidos por médicos e dentistas nas cidades situadas na fronteira. Os cidadãos, também, receberam medicamentos e orientações para seguirem com tratamento em unidades de saúde em locais próximos. Na região de Corumbá e Ladário, no Mato Grosso do Sul, o Navio-Hospitalar Tenente Maximiano atuou no atendimento aos ribeirinhos. Em Cáceres (MT), os militares recuperaram a Escola Estadual Professora Ana Maria das Graças de Souza Noronha e prestaram atendimento na área de saúde nas dependências da Escola Agrícola Federal.

3.3.1.10.8 Operação BRACOLPER – Amazônia 2012

Esta operação combinada, realizada com o mesmo enfoque dado às Operações ÁGATA, contou com a participação de tropas dos Exércitos do Brasil, da Colômbia e do Peru com a finalidade de conter os ilícitos transfronteiriços na região da tríplice fronteira.

Conforme consulta realizada no SIAFI Gerencial, verificou-se que na Ação 6499 foi inscrito em Restos a Pagar não processados o valor de R\$ 2.767.963,80, não comprometendo o atingimento da Meta Física programada.

3.3.1.11 Ação 2C06 – Participação Brasileira em Missões de Paz

Em 2012, o Brasil atuou com Contingentes em duas Missões específicas da ONU, a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL).

Foram realizadas ao longo do ano diversas atividades com a finalidade de proporcionar o preparo e emprego de contingentes para atuar nestas duas missões, bem como atividades visando à mobilização e desmobilização de contingentes. Dentre os vários eventos planejados e executados, destacaram-se: estágios de preparação com simulação de emprego de tropas em Operações de Paz; seminários e cursos correlatos sobre Operações de Paz, no país e no exterior; atendimento de voos de apoio logístico e de rodízio; e envio de navios de apoio logístico ao Haiti. Essas atividades, além de permitirem a execução das Missões, possibilitaram prosseguir no desenvolvimento e no aperfeiçoamento da doutrina de emprego de tropas das Forças Armadas em Operações de Paz.

3.3.1.11.1 Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – MINUSTAH

O Ministério da Defesa, cumprindo acordo internacional firmado entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas – ONU, mantém, desde 2004, um contingente de militares das Forças Armadas na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – MINUSTAH, além de participar com um General-de-Brigada desempenhando a função de “Force Commander” do Componente Militar. Atuando, até o presente momento, com 1.910 militares, o contingente brasileiro encontra-se desdobrado no terreno em quatro organizações militares: dois Batalhões de Infantaria de Força de Paz (BRABATT 1 e 2); uma Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOPY); e um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (BRAMARCOY).

No ano de 2012, o contingente brasileiro continuou desempenhando sua tarefa de criar condições de um ambiente seguro e estável de forma a permitir a reconstrução das Instituições que fundamentarão o Estado de Direito haitiano. Em decorrência da atuação eficiente do Componente Militar da MINUSTAH, a situação de estabilidade no Haiti atingiu indicadores aceitáveis de segurança. A MINUSTAH permitiu a estabilização político-institucional do Haiti e tem contribuído para o seu desenvolvimento social e econômico, sendo reconhecida internacionalmente como uma das missões de paz das Nações Unidas de maior sucesso.

Destacam-se, no ano de 2012, por parte do contingente brasileiro que compõe o Componente Militar da MINUSTAH, a realização das seguintes tarefas: patrulhamento de ruas, localidades e campos de deslocados; escoltas e comboios; ocupação de Pontos Fortes; e a realização de trabalhos de engenharia em favor da mobilidade da tropa. As Forças, sob a coordenação do Ministério da Defesa, contribuíram por meio da realização da substituição dos militares integrantes do Contingente Brasileiro, empregando aeronaves da Força Aérea Brasileira para o transporte de cerca de 5.600 militares em 20 (vinte) voos de rodízio; pela realização de 14 (catorze) voos logísticos para reabastecer o Contingente Brasileiro, transportando diversos materiais de manutenção e reparo de equipamentos, munição (inclusive não-letal), além de outros itens relacionados à manutenção das condições de operacionalidade da tropa; pelo transporte de equipes de manutenção da Marinha e do Exército, visando a melhorar as condições gerais dos equipamentos e armamentos da tropa brasileira, mantendo-os em pleno emprego; e por intermédio de duas viagens de apoio logístico, uma no 1º semestre e outra no 2º semestre, empregando navio da Marinha do Brasil, transportando equipamentos de grande porte e materiais diversos.

Além das ações realizadas em prol da atividade fim do contingente, que é prover segurança, como forma de aliviar e contribuir com a melhoria das condições de vida da população mais carente, as tropas brasileiras desenvolveram, voluntariamente, diversos projetos sociais, tais como: “Esporte para a Paz”; “Quartirão Limpo”, em parceria com a Embaixada Brasileira no Haiti; apadrinhamento de escolas, creches e orfanatos, com doação dos próprios militares; além do fornecimento de água, alimentação e assistência médica.

3.3.1.11.2 Força Interina das Nações Unidas no Líbano – UNIFIL

O Ministério da Defesa, cumprindo acordo internacional firmado entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas – ONU, a partir do ano de 2011, mantém um contingente de militares da Marinha do Brasil na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). No ano de 2012, o contingente brasileiro contou com a participação das Fragatas Classe Niterói, F-45 “UNIÃO” e F-43 “LIBERAL”, empregadas no primeiro e segundo semestres de 2012, respectivamente, com um efetivo total de 250 militares da MB por navio, e com o guarnecimento do Comando da Força-Tarefa Marítima, atuando com um Contra-Almirante e mais 12 (doze) militares no seu Estado-Maior.

No Líbano, a situação na área de operações da UNIFIL é de relativa tranquilidade. Contudo, há tensão devido ao entorno regional. Os atentados a bomba na faixa entre Beirut (capital) e Nagoura (sede da UNIFIL), ainda constituem-se como fatores de insegurança. A UNIFIL tem se empenhado em negociar o estabelecimento conjunto de “medidas de segurança marítima” que reduzam as situações de confronto entre Israel e o Líbano, com base em proposta do Comandante da Força-Tarefa Marítima.

A Força-Tarefa Marítima tem como tarefas principais: impedir a entrada ilegal, nos portos do Líbano, de armas e materiais afins; e treinar a Marinha libanesa para que, no futuro, possa assumir o controle de suas próprias águas jurisdicionais. Esta é a primeira operação de paz de caráter naval que a ONU realiza e a primeira vez que o comando da Força-Tarefa Marítima está a cargo de um país não-membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

3.3.1.11.3 Outras Missões de Paz

Além da MINUSTAH e UNIFIL, as Forças Armadas e as Polícias Militares do Brasil também têm contribuído com 50 militares e 36 policiais militares, respectivamente, em 11 (onze) diferentes missões de paz da ONU e Missões de Desminagem da OEA, onde participam como observadores, integrantes de Estados-Maiores ou grupo de monitores. Eles atuam nos seguintes países/regiões: Sudão do Sul; Abyei; Libéria; Costa do Marfim; Timor Leste; Chipre; Saara Ocidental; Colômbia; Peru e Equador. Para isso, os contingentes são adequadamente preparados por meio de cursos e da realização de exercícios práticos.

Com a implementação da participação brasileira na UNIFIL, a necessidade de recursos para despesa com Operações de Paz teve um incremento de R\$ 93.400.000,00 para o ano de 2012. Apesar dessa necessidade ter sido colocada na proposta orçamentário do setor responsável, os recursos solicitados não foram contemplados no Orçamento de 2012 na Ação 2C06 – Participação Brasileira em Operações de Paz. Sendo assim, visando a manter a continuidade das atividades nas duas missões de paz assumidas pelo Brasil junto à ONU, os recursos iniciais de R\$ 236.031.159,00, inicialmente previstos para atender à MINUSTAH, tiveram de atender tanto à MINUSTAH quanto à UNIFIL. Em paralelo, solicitou-se ao MPOG a abertura de crédito adicional para atender às necessidades relativas à UNIFIL, que tomaram forma no PLN 10/2012. Apesar de não constarem no SIOP Restos a Pagar, tendo em vista que os dados de captura são de 11/2012, em consulta ao SIAFI Gerencial, verificou-se a inscrição em Restos a Pagar Não Processados desta Ação no valor de R\$ 105.170.051,71. Neste sentido, cabe comentar que, em virtude da liberação tardia de limites de movimentação, empenho e pagamento do crédito suplementar concedido, os Comandos das Forças, visando a não comprometer a realização da atividade e de forma a alcançar a Meta Física, disponibilizaram itens em estoque nos seus depósitos, já existentes, que poderiam ser utilizados para este tipo de operação, bem como, atrasaram a entrega de alguns equipamentos que serão entregues já com os contingentes em operação no ano de 2013. Esta solução, apesar de não ser a ideal, pois atrasa o recebimento de alguns itens bem como equipamentos e reduz drasticamente os níveis de estoque de itens de reposição, foi a única solução a ser adotada que não compromettesse a Meta Física, considerando que os créditos foram autorizados apenas em 20 de dezembro de 2012 para um contingente da MINUSTAH e um navio da UNIFIL que já estavam operando. Em relação ao preparo dos contingentes, a mesma solução foi implementada e, a partir de 2013, os itens necessários para substituição e serviços necessários serão implementados.

Cabe ressaltar, entretanto, que os recursos provenientes da PLN 10 foram disponibilizados conforme a seguir:

- no dia 03 de dezembro de 2012, foram ampliados os Limites de Movimentação, Empenho e Pagamento para as atividades ligadas a Missões de Paz, pois, conforme planejamento do Ministério da Defesa, várias atividades relativas ao preparo do 17º Contingente Brasileiro poderiam ser comprometidas. Como consequência, ocorreria o atraso no rodízio entre o 16º Contingente, até então empregado no Haiti, e o 17º Contingente, previsto para ser realizado em dezembro de 2012. Como não havia créditos orçamentários disponíveis para a Ação 2C06, os Comandos da Marinha e do Exército receberam ampliação de limites de forma a descontingenciar Ações cujas finalidades fossem compatíveis com a aplicação em Operações de Paz. O Comando da Aeronáutica recebeu recursos orçamentários e financeiros, no valor de R\$ 9.307.031,06, na Ação 2000, por não possuir, naquele momento, créditos orçamentários contingenciados que pudessem ser utilizados com a referida ampliação de limite.

- no dia 20 de dezembro, foram concedidos os créditos da Ação 2C06, no valor de R\$ 93.400.000,00, sendo repassados, dentro do planejamento, para os Comandos da Marinha e do Exército. Como o Comando da Aeronáutica já havia recebido créditos na Ação 2000, automaticamente, na Ação 2C06 observou-se o registro da disponibilidade de R\$ 9.307.031,06. Em função do momento em que os créditos foram disponibilizados e levando-se em conta que já havia empregado esses recursos por meio de Ações correlatas, o Comando do Exército devolveu à Administração Central do MD os créditos que recebeu, no valor de R\$ 34.295.221,73. Esses dois valores, do Comando da Aeronáutica e do Comando do Exército, totalizaram R\$ 43.602.252,79.

Embora esse valor não tenha sido empregado na Ação 2C06, deve-se considerar que os mesmos foram gastos em outras Ações correlatas das Forças, por ampliação de limites, não comprometendo as atividades planejadas para o ano de 2012.

3.3.1.12 Ação 6515 – Sistema de Informações Logísticas de Defesa

Em 2012, as seguintes atividades foram empreendidas pela Subchefia de Integração Logística:

- Desenvolvimento do SIGLMD

O Termo de compromisso nº 23000/12-030/00 assinado entre a Chefia de Logística do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa e o Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV) da Marinha do Brasil celebrou a prestação de serviços de gerência e de desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa, denominado SIGLMD. Dentre as atividades previstas no Termo está a implementação e teste das funcionalidades do sistema, documentação do processo de desenvolvimento visando posterior manutenção, produção de manuais do sistema e do usuário e o help on line, implantação do sistema desenvolvido e treinamento dos usuários para sua utilização e execução de eventuais correções que se fizerem necessárias, durante o período de garantia.

No ano de 2012, foram levantados e analisados os requisitos do Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa e, por ocasião de sua discussão, a equipe de desenvolvimento incluiu ações relativas à mobilização militar. O Sistema passou a ser designado Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD) e os requisitos levantados foram consolidados e aprovados pela CHELOG.

Os documentos relativos ao modelo lógico do Sistema foram elaborados, contendo as sugestões dos demais Setores do MD e das Forças Armadas, e encaminhados para a equipe responsável pelo desenvolvimento do Sistema.

Cabe ressaltar, que os testes iniciais com o módulo de visualização de conjuntos estão previstos para o ano de 2013, com o início da inserção das informações sobre a infraestrutura logística e de mobilização e a intensificação das visitas técnicas à equipe de desenvolvimento do Sistema e do modo de interoperabilidade.

No exercício financeiro de 2012, o ressarcimento dos serviços prestados foi executado pela Subchefia de Integração Logística, por meio de destaque de crédito para o CASNAV no valor correspondente de R\$ 484.394,97.

A Subchefia de Integração Logística também direcionou esforços e desenvolveu inúmeras ações com intuito de promover a Integração Logística entre as Forças singulares. Desta forma, parte dos

recursos da ação foi empregada nas atividades abaixo relacionadas, previstas no Plano de Trabalho Anual da SUBILOG para o exercício financeiro de 2012;

- Realização de Jornadas de Interoperabilidade Logísticas, Seminários, Encontros e Palestras:

a. Jornadas de Interoperabilidade Logística

Foram realizadas 03 (três) Jornadas, sendo a primeira em julho e as demais nos meses de setembro e novembro de 2012. Os objetivos principais destes eventos foram elevar os níveis de cooperação, compartilhar práticas de gestão inovadoras, fortalecer a Interoperabilidade Logística entre os meios das Forças Singulares e propiciar a simplificação da estrutura do apoio logístico. Cabe ressaltar, que cada encontro contou com a participação de cerca de 300 (trezentos) militares e servidores civis.

A I Jornada tratou sobre as funções Logísticas: Manutenção, Salvamento e Engenharia e foi realizada nos dias 26 e 27 de julho de 2012 na cidade de Brasília-DF, sob a coordenação do Estado Maior do Exército;

A II Jornada tratou sobre as funções Logísticas: Recursos Humanos e Saúde e foi realizada nos dias 20 a 21 de setembro de 2012 na cidade do Rio de Janeiro-RJ, sob a coordenação do Estado Maior da Aeronáutica; e

A III Jornada tratou sobre as funções Logísticas: Suprimento e Transporte e foi realizada nos dias 08 e 09 de novembro de 2012 na cidade do Rio de Janeiro- RJ, sob a coordenação do Estado Maior da Marinha.

b. Palestras ministradas pela Subchefia de Integração Logística para Escolas Militares em conformidade com os Pedido de Cooperação de Instrução (PCI) e do Pedido de Cooperação de Ensino (PCE):

- na Escola de Comando do Estado Maior do Exército (ECEME) e na Escola Superior de Guerra (ESG) sobre temas e ações desenvolvidas na área de Logística do Ministério da Defesa, com o objetivo de ampliar a qualificação técnica e doutrinária dos alunos dessas instituições de ensino;

- participação na Aula Magna proferida pelo Ministro da Defesa na Escola de Guerra Naval (EGN);

- participação nas palestras sobre a ativação do Teatro de Operações Terrestres na ECEME e sobre Logística Militar nas Forças Armadas na ESG;

- participação na palestra na ECEME – Sistema Logístico Militar (PCI/2012); e

- participação na abertura do Curso de Logística na Escola Superior de Guerra, no período de 21 a 22 de agosto de 2012.

c. Visita a organizações componentes da Base Industrial de Defesa (Instituições privadas e públicas nacionais)

As visitas realizadas permitiram conhecer o desenvolvimento de tecnologias e projetos que possam ser utilizadas de maneira dual em benefício das áreas militar e civil:

- visita à Empresa LIOTÉCNICA e à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a fim de conhecer bens, serviços, obras ou informações estratégicas de interesse da Defesa;

- participação no evento “Seminário e Rodada de Relacionamentos”, sob coordenação da FIESP – São Paulo, com a apresentação de projetos da Escola Politécnica da USP, nas áreas Naval, Espacial, Aeronáutica e Cibernética para inovação de produtos de defesa;

- participação nas atividades do Curso de Gestão de Recursos de Defesa (CGERD) na FIESP;

- visita à Indústria de Alimentos CELLIER, à Subdiretoria de Abastecimento e ao Centro Logístico da Aeronáutica, todos em São Paulo; e

- visita ao Centro Tecnológico da Marinha, em São Paulo, para conhecer os aspectos logísticos do Programa Nuclear da Marinha e às empresas Helibrás e IMBEL, em Itajubá-MG, para conhecer o processo de integração logística do helicóptero EC-725 e o processo de produção do Fuzil IA-2, todos relacionados com o interesse da Defesa.

d. Participação em Feiras Internacionais de Defesa e visita a instalações logísticas no exterior, com representação de militares da SUBILOG em Comissões do Ministério da Defesa

Ocorreram as seguintes participações:

- na Feira Internacional DEFEXPO-ÍNDIA (7ª Feira de Exposição de Materiais de Defesa na Índia), e no Ciclo de Conferências ocorridos no período de 25 de março a 04 de abril de 2012;
- na “International Land and Airland Defence and Security Exhibition – Eurosatory 2012 (Feira de Exposição de Materiais de Segurança e Defesa), no período de 09 a 17 de junho de 2012, realizada na França;
- na Reunião de Cooperação das Indústrias de Defesa do Brasil e Turquia, no período de 07 a 09 de maio de 2012, com a finalidade de prestar apoio à Comitativa do Ministério da Defesa da Turquia em visita às empresas EMBRAER e MECTRON na cidade de São Paulo-SP;
- no Intercâmbio e Cooperação Internacional Militar e de Defesa – Conselho de Defesa Sul-Americano, no período de 23 a 25 de agosto de 2012 no Chile; e
- na Conferência Internacional sobre Logística de Defesa, denominada “Defense Logistics – 2012”, nos EUA, no período de 1 a 7 de dezembro de 2012.

e. Participação em Exercícios / Adestramentos / Operações Conjuntas

A Chefia de Logística participou dos seguintes eventos:

- Planejamento Logístico de diversas operações com definições dos levantamentos das carências logísticas dos meios existentes, no assessoramento do planejamento dos grupos de trabalho e acompanhamento da execução dos exercícios terrestres, na área do Comando da 5ª Região Militar, na cidade de Curitiba/PR, no período de 10 a 13 de abril de 2012;
- 1º RPA (Planejamento da Simulação do Comando de Operação Amazônia) – Manaus, no período de 08 a 13 de julho de 2012;
- 2º RPA (Planejamento e Simulação de Comando e Operação Amazônia), na cidade de Manaus, no período de 18 a 24 de agosto de 2012; e
- como Observador Logístico, nas atividades da Operação Atlântico III, na cidade do Rio de Janeiro, no período de 22 a 29 de novembro de 2012.

f. Visita aos Órgãos de Logística das Forças

- visita à Base de Abastecimento da Marinha, para participar de reunião sobre a nova Sistemática de Abastecimento da Marinha, no Rio de Janeiro - RJ.

g. Grupos de Trabalhos - Subcomissões no âmbito da Comissão de Logística Militar (COMLOG)

Em 2012, por meio da Portaria 822/MD, de 26/03/2012 e da Portaria nº 1119/MD de 25/04/2012, foram instituídas um total de 16 (dezesesseis) Subcomissões, com o propósito de coordenação das atividades conjuntas de Programas e Projetos comuns das Forças Armadas.

Ao longo do ano, essas Subcomissões elaboraram trabalhos com o fim de coordenar e propor medidas de modernização, quer pela aquisição e desenvolvimento conjunto de tecnologias de Defesa, quer pela elaboração de projetos de implantação de unidades militares compartilhadas; ou propondo adequação das doutrinas de emprego conjuntas à realidade global. Um dos resultados destes trabalhos foi à elaboração de diversos Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC).

Cabe ressaltar, que alguns destes ROC já foram publicados no Diário Oficial da União (DOU) e outros estão em processo de avaliação. Estas atividades visam a elevar os níveis de cooperação e de interoperabilidade logística entre as Forças Singulares.

Conforme consulta realizada no SIAFI Gerencial, verificou-se que na Ação 6515 foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 47.997,79, não comprometendo o atingimento da Meta Física programada.

3.3.1.13 Ação 6557 – Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar – Soldado Cidadão

Em 2012, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 6557:

- realização de 5 (cinco) Reuniões de Coordenação do Comitê Gestor do Projeto Soldado-Cidadão; e
- viagem do Comitê Gestor para acompanhamento das atividades do Projeto Soldado-Cidadão, nas cidades de: Recife-PE; Belém-PA; Campo Grande-MS; Cuiabá-MT; São Paulo-SP; Santa Maria-RS; Santana do Livramento-RS e Natal-RN.

Ao final do exercício, verificou-se que a previsão inicial de qualificar profissionalmente 14.273 militares foi ultrapassada, alcançando 14.659 qualificados, atingindo o percentual de execução de 102,70%. Por sua vez, as dotações orçamentárias previstas na LOA/2012 foram autorizadas integralmente, o que permitiu superar a meta estabelecida em termos de qualificação profissional de jovens.

Conforme consulta realizada no SIAFI Gerencial, verificou-se que na Ação 6557 foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 3.551.690,71, não comprometendo o atingimento da Meta Física planejada.

3.3.1.14 Ação 2D55 - Intercâmbio e Cooperação Internacional Militar e na área de Defesa

Em 2012, destacaram-se as seguintes atividades no âmbito da Ação 2D55:

- manutenção da Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa e da Representação Permanente do Brasil junto à Conferência de Desarmamento / ONU, em Genebra; participação do Grupo de Trabalho da Lei de Acesso à Informação (GT LAI), realizado no âmbito do Ministério da Defesa, para apoiar a Casa Civil na elaboração do Decreto regulamentador da Lei de Acesso à Informação; realização de 2 (dois) Conselhos Consultivos do Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE), na cidade de Brasília – DF; organização, planejamento e execução do V Fórum de Inteligência e Segurança Hemisférica (V FISH), realizado em Brasília – DF; participação em Seminários, Cursos e Congressos com a finalidade de atualizar e especializar os seus Quadros, obtendo conhecimentos para subsidiar ações estratégicas do Ministério da Defesa; realização de viagens de estudo e reuniões de intercâmbios com Forças Armadas de países amigos a fim de incrementar o relacionamento e a cooperação internacional; realização de palestras e de atividades de ensino nas Escolas de Altos Estudos Militares das Forças Armadas; e elaboração da Avaliação da Conjuntura Nacional e Internacional, fornecendo subsídios às demais Chefias do Estado-Maior Conjunto para a condução de suas atividades; apoio às comitivas do Ministério da Defesa em missão / visita aos seguintes países: Suécia, Uruguai, Suriname, Haiti, Itália, Chile, França, Colômbia, Suíça, Turquia, Índia, Bolívia, Venezuela, Marrocos, Guiana, Líbano, Cabo Verde, Malta e Rússia; apoio às comitivas, em missão / visita ao Brasil, dos seguintes países: Argentina, Angola, Colômbia, China, Coreia, Chile, Cabo Verde, Equador, Estados Unidos da América, França, Honduras, Itália, Índia, Indonésia, Namíbia, Nigéria, Peru, Reino Unido, Quênia, Suriname e Suécia; participação e / ou realização em Reuniões Bilaterais ou em Grupos de Trabalho com os seguintes países: Angola, Alemanha, Argentina, Chile, Colômbia, Canadá, Espanha, Coreia do Sul, Estados Unidos da América, Indonésia, Reino Unido, França, Peru, Portugal, República Theca, Turquia e Servia; participação e / ou realização de palestras, reuniões, seminários e conferências no Brasil e no exterior; realização de Estágios para Adidos Estrangeiros acreditados no Brasil; realização de Estágios de Adidos Militares de Defesa Brasileiros; participação em Reuniões do Conselho de Defesa Sul-Americano; participação em Reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP; manutenção e / ou visita técnica às Aditâncias do Brasil nos seguintes países: Estados Unidos da América e Uruguai; e participação nas Operações AMAZONAS, ATLÂNTICO III e ÁGATAS 4, 5 e 6.

3.3.1.15 Ação 14M2 – Emprego das Forças Armadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Conferência Rio +20

A participação do Ministério da Defesa na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Conferência Rio +20 limitou-se à realização da segurança fora do local da Conferência, segundo orientação das Nações Unidas, com o emprego temporário das

Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem, promovendo, junto com os órgãos estaduais e municipais, a defesa terrestre, marítima e portuária e o controle do espaço aéreo e das instalações aeroportuárias, em consonância com a Diretriz Ministerial nº 3/2012, de 13 de fevereiro de 2012, do Ministro da Defesa.

Os recursos orçamentários foram empregados nos seguintes eixos de atuação, no atendimento aos custos da missão específica determinada pela Diretriz Ministerial supracitada a cada Força Singular: Defesa Cibernética; Defesa Química, Biológica e Nuclear; Inteligência; Contraterrorismo; Comando e Controle; Concessionárias de Serviços Públicos; Apoio Médico-Hospitalar; Diárias e Passagens; Emprego da Tropa; Emprego de Helicópteros; Defesa Aeroespacial; Segurança de Autoridades; e Defesa de Área Marítima.

Foi firmado, também, um convênio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para aquisição de material permanente para a execução de ações em proveito da segurança da Conferência Rio +20, a cargo daquele governo, em apoio ao emprego das Forças Armadas, sob a coordenação do Ministério da Defesa. Esses recursos foram destinados à Secretaria de Defesa Civil/RJ.

Com recursos concedidos pelo Decreto de 18 de janeiro de 2012, ao final do exercício de 2012, a execução financeira da Ação foi a seguinte:

LOA+CRÉDITO	LIMITES AUTORIZADOS	DESPESAS LIQUIDADAS	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO
157.110.000,00	100.589.186,89	93.059.065,82	92,25%

Fonte: SIAFI Gerencial / 19 Jan 2013 e SIGA Brasil / Janeiro 2013.

3.3.1.16 20G3 – Cooperação em Ações de Defesa Civil

A participação do Ministério da Defesa em atividades ligadas a esta Ação Orçamentária é devido à necessidade da existência de um aparato logístico para atuar no auxílio imediato à população atingida e na recomposição provisória da infraestrutura comprometida em casos de desastres naturais.

Em reuniões conduzidas pela Casa Civil/PR, foi debatida uma série de aspectos operacionais relacionados com a iminente possibilidade de ocorrências de desastres naturais nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

O Ministério da Defesa, com base nos estudos e necessidades apresentadas pelas Forças Armadas, trabalhou na elaboração do Plano Estratégico de Emprego das Forças Armadas em Casos de Desastres sempre em cooperação com ações desencadeadas pela Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC. Empregou os recursos da Medida Provisória nº 553, de 21 de dezembro de 2011, com os saldos não utilizados em 2011 e reabertos pelo Decreto de 4 de janeiro de 2012, no montante de R\$ 32.924.557,00. Este trabalho resultou em um Plano Logístico no qual foi estabelecido um total de 7 (sete) módulos, compostos por diversos itens, agrupados por atividades finalísticas, a saber: Apoio à Saúde, Apoio Aéreo, Comunicações, Engenharia, Salvamento, Sustentação e DQBRN (Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear).

Foram utilizados, também, os recursos da Medida Provisória nº 569, de 14 de maio de 2012, no valor de R\$ 9.945.982,00, no ressarcimento do emprego das Forças Armadas pelo apoio prestado à Defesa Civil por ocasião das enchentes nos Estados de Roraima, em 2011, e no Acre, em 2012.

Ao final do exercício de 2012, a execução financeira da Ação foi a seguinte:

LOA+CRÉDITO	LIMITES AUTORIZADOS	DESPESAS LIQUIDADAS	PERCENTUAL DE EXECUÇÃO
82.924.557,00	42.924.557,00	34.003.330,15	79,22%

Fonte: SIAFI Gerencial / 10 Fev 2013 e SIGA Brasil / Janeiro 2013

3.3.1.17 Ação 2000 – Administração da Unidade: Fundo de Rações Operacionais / FRO

O Fundo de Rações Operacionais – FRO é custeado com recursos orçamentários do Fundo do Ministério da Defesa – UO 52901, juntamente com outras atividades. Assim, é destinado parte dos recursos desse Fundo para as atividades previstas para o FRO que, dependendo da prioridade e necessidades, podem ser cumpridas em sua totalidade ou não.

Desta forma, o FRO desenvolveu as seguintes atividades em 2012:

- visitas técnicas a empresas ligadas ao manuseio e conservação de alimentos; capacitação de recursos humanos em segurança alimentar; participação em Seminários; aquisição de teste piloto da Ração Coletiva Operativa; e aquisição de material para cozinha da Base Aérea dos Afonsos.

Ao final do exercício de 2012, a execução financeira da Ação foi a seguinte:

CRÉDITO PREVISTO	CRÉDITO CONCEDIDO	DESPESA EMPENHADA
253.754,00	343.408,68	343.408,68

3.4 Indicadores de Desempenho e Gestão

3.4.1 Indicadores de Desempenho

3.4.1.1 Indicador de Eficiência:

3.4.1.1.1 Índice de aplicação dos recursos do EMCFA, por Ação Orçamentária - IARA

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Aplicação de recursos (Todas as Ações).
Identificador de: Eficiência	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de aplicação dos recursos do EMCFA, por Ação Orçamentária.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IARA.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de aplicação de recursos de cada Setor do EMCFA, por Ação Orçamentária.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CAE, CHELOG, CPE e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas).	IARA = (Montante de recursos empenhados por Ação, no período/ recursos autorizados por Ação, no período)*100.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Recursos orçamentários.
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	SIAFI Gerencial ou SIOP.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados).	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão – APOG/EMCFA

- Resultados da Avaliação no Exercício:

Ações	Recursos Autorizados	Recursos Liquidados	IARA (%)
1489	3.533.696,00	2.025.316,08	57,31
2385	14.126.333,00	12.237.820,12	86,63
4222	1.978.000,00	416.762,70	21,07
5132	7.070.499,00	15.680,75	00,22
5134	970.166,73	610.528,91	62,93
2872	8.154.783,00	4.674.952,12	57,37
4427	133.000,00	126.296,60	94,96
5136	112.000,00	75.103,63	67,06
2866	267.703,65	154.566,61	57,74

Ações	Recursos Autorizados	Recursos Liquidados	IARA (%)
4229	23.829.488,54	16.705.111,24	70,01
6499	5.921.570,97	3.028.431,75	51,14
2C06	329.431.159,00	177.071.574,36	53,75
6515	933.906,00	875.503,31	93,75
6557	11.783.312,00	7.928.083,53	67,28
2D55	4.129.000,00	3.696.328,19	89,52

Fonte: SIAFI; SIOP; e Siga Brasil (Senado Federal)

Observação: Cabe ressaltar que o item 3.3.1 Análise Crítica das Ações aborda as atividades realizadas e analisa o atingimento das Metas Físicas e Financeiras. As informações a esse respeito poderão ser obtidas, também, no SIOP.

3.4.1.2 Indicadores de Eficácia:

3.4.1.2.1 Índice de Operação Conjunta - IOC

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional (Ação 4229).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Operação Conjunta.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IOC.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução do emprego conjunto das Forças Armadas no desempenho de suas missões constitucionais e no apoio às comunidades nacional e internacional.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IOC = (Operações Conjuntas realizadas/ Operações Conjuntas previstas)*100.
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Operações (SC-3).
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Subchefia de Operações (SC-3).

- Resultado da Avaliação no Exercício:

Ação	Op Cj Previstas	Op Cj Realizadas	IOC (%)
4229	2	2	100,00
Observação	As Operações Conjuntas AMAZÔNIA e ATLÂNTICO III foram realizadas conforme planejado. A avaliação da doutrina de emprego conjunto, visando ao seu aperfeiçoamento, foi realizada conforme esperado. Os objetivos previstos foram atingidos.		

3.4.1.2.2 Índice de Reuniões Bilaterais Realizadas - IBR

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Cooperação militar internacional (Ação 4229).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Reuniões Bilaterais Realizadas.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IBR.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução das Reuniões Bilaterais
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CAE, CPE e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IBR = (Reuniões Bilaterais realizadas/ Reuniões Bilaterais previstas)*100.
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Assuntos Internacionais / CAE.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Subchefia de Assuntos Internacionais / CAE.

- Resultados da Avaliação no Exercício:

Ação	Reuniões Previstas	Reuniões Realizadas	IBR (%)
4229	23	24	104,34

3.4.1.2.3 Índice de Operação de Intensificação da Presença das Forças Armadas na Área de Fronteira –IPF

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional (Ação 6499).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Intensificação da Presença das Forças Armadas na Área de Fronteira
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IPF
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a presença das Forças Armadas na vigilância, controle e defesa das fronteiras terrestres, aérea e fluviais brasileiras, conforme preconizado na Política de Defesa Nacional e na Estratégia Nacional de Defesa.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de	IPF = (Op Pres FA Área de Fronteira

medida correlacionadas)	realizadas/ Op Pres FA Área de Fronteira previstas)*100.
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Operações (SC-3)
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Subchefia de Operações (SC-3)

- Resultados da Avaliação no Exercício:

Ação	Op Pres FA A Front Previstas	Op Pres FA A Front Realizadas	IPF (%)
6499	3	3	100,00
Observação	As Operações CURARE (Norte), PORTEIRA FECHADA (Oeste) e ÁGATA (realizada em três edições e que cobriram toda a fronteira do País) foram realizadas conforme planejado. Todos os objetivos previstos foram atingidos.		

3.4.1.2.4 Índice de Atividades de Apoio Logístico Realizadas - IAALR

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional (Ação 2C06).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Apoio Logístico Realizadas.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IAALR.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução de atividades de apoio para a MINUSTAH.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IAALR = (Número de atividades de apoio logístico realizadas/ Número atividades de apoio logístico previstas) * 100. Obs: Exemplos de atividades de apoio: voos de manutenção e de ressuprimento, viagens de navios de apoio logístico etc.
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os	Subchefia de Logística Operacional

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
dados.)	
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Subchefia de Logística Operacional

- Atividades de Apoio Logístico realizadas:

a. Coordenação do Rodízio – atividade realizada visando à coordenação dos voos de rodízio em apoio aos contingentes substituto e substituído (02 planejados/ 02 realizados);

b. Coordenação da Viagem de Manutenção – coordenar a realização da viagem de manutenção de forma a permitir o levantamento das necessidades e otimização na realização dos reparos necessários nos equipamentos dos contingentes brasileiros (04 planejadas/ 04 realizadas);

c. Acompanhar as Inspeções de Prontidão Operacional – inspeções realizadas pela ONU e acompanhadas pelo MD com a finalidade de verificar o percentual de reembolso devido ao país contribuinte de tropa (04 planejadas/ 05 realizadas);

d. Voos de Reconhecimento – viagens de reconhecimento que militares do contingente substituto realiza visando verificar a situação atual na área de operações e realizar contato com os militares que se encontram na missão (04 planejados/ 04 realizados);

e. Voos de Manutenção – viagens voltadas para a manutenção de equipamentos dos contingentes brasileiros empregados. Cabe ressaltar que a disponibilidade dos equipamentos influencia diretamente o reembolso que o Brasil receberá da ONU (06 planejados/ 06 realizados);

f. Voos de Rodízio – transporte de pessoal voltado para o rodízio de tropa na MINUSTAH (20 planejados/ 20 realizados);

g. Viagem de Avaliação – viagem com a finalidade de avaliar os diversos fatores logísticos e operacionais envolvidos na missão de forma a verificar o correto emprego dos recursos destinados à fase de emprego da tropa (02 planejadas/ 02 realizadas);

h. Voos Logísticos – viagens voltadas para o reabastecimento de itens necessários na área de operações (15 planejados/ 14 realizados);

i. Navio de Apoio Logístico – viagem realizada por navios de apoio logístico com a finalidade de abastecer, transportar ou repatriar equipamentos dos contingentes brasileiros (02 planejadas/ 02 realizadas); e

j. Instalação do SISCOMIS nos navios brasileiros da UNIFIL – preparação dos navios designados para participarem da FTM-UNIFIL (02 planejadas/ 02 realizadas).

- Resultados da Avaliação no Exercício:

Ação	Atv Ap Previstas	Atv Ap Realizadas	IAALR (%)
2C06	59	60	101%

3.4.1.2.5 Índice de Atividades de Apoio à Preparação Realizadas - IAAPR

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional (2C06).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Apoio à Preparação Realizadas.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IAAPR.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a execução da realização de atividades voltadas para a preparação dos contingentes da MINUSTAH.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em	Anual.

que o indicador será Aplicado)	
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IAAPR = (Número de atividades de apoio realizadas/ número de atividades de apoio previstas)*100. Obs: Exemplos de atividades de apoio à preparação: estágio de preparação de Cmt e EM, Exercício Avançado de Operações de Paz, etc.
Avaliação	95% a 100% - excelente 80% a 94,99% - muito bom 70% a 79,99% - bom 50% a 69,99 – regular Abaixo de 49,99% - insuficiente
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Logística Operacional.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Subchefia de Logística Operacional.

- Atividades de Apoio à Preparação realizadas:

- a. Exercício Básico de Operações de Paz – primeiro exercício com todo Contingente visando à preparação para a missão e a verificação do correto emprego dos recursos destinados à fase de emprego da tropa (04 planejados/ 04 realizados);
- b. Exercício Avançado de Operação de Paz – exercício que visa à última verificação operacional do contingente a ser enviado e a verificação do correto emprego dos recursos destinados à fase de emprego da tropa (04 planejados/ 04 realizados);
- c. Palestra de Operações de Paz no CCOPAB – palestras da SC-4 no CCOPAB visando à preparação do contingente (04 planejadas/ 05 realizadas);
- d. Reunião de Comando e Estado-Maior – reunião realizada no MD que abre o círculo de atividades de preparação para os Contingentes Brasileiros empregados em Operações de Paz (03 planejadas/ 03 realizadas);
- e. Cursos de Operações de Paz – cursos que visam o aperfeiçoamento e preparação de militares para o desempenho de atividades voltadas para a condução e administração de operações de Paz (02 planejados/ 02 realizados);
- f. Participação em Seminários de Operações de Paz – participação de militares em seminários voltados para o debate e fomento de discussões sobre questões atuais voltadas para as operações de paz (02 planejados/ 02 realizados); e
- g. Reuniões de Coordenação para o Apoio Logístico – reuniões voltadas para a coordenação e levantamento das necessidades de embarque em voos e navios de apoio logístico para os contingentes brasileiros (14 planejadas/ 14 realizadas).

- Resultados da Avaliação no Exercício:

Ação	Ativ Ap Prep Prev	Ativ Ap Prep Realiz	IAAPR (%)
2C06	33	34	103,00

3.4.1.2.6 Índice de Atividades de Inteligência Tecnológica – IAIT

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Operacional (Ação 4222).

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificador de:	Eficácia
Nome: (Nome do indicador).	Índice de Atividades de Inteligência Tecnológica (Sensoriamento Remoto, Imagens, Sinais, Meteorologia, Cartografia, Tecnologia da Informação e Criptografia).
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IAIT
Objetivo: (O que o indicador irá medir).	Avaliar a realização das ações de Inteligência Tecnológica.
Destino: (Quem receberá os resultados).	CEMCFA, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado).	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas).	<p>IAIT = Média Aritmética ponderada do percentual realizado das seguintes atividades: $[A(*3)+B+C(*2)+D(*2)+E(*4)+F(*2)+G]/15$ Exemplos de atividades: Aquisição de imagens orbitais ou de aerolevantamentos; análise e processamento de produtos obtidos por Sensoriamento Remoto e trabalhos de georreferenciamento - km²; análise e processamento de sinais eletromagnéticos, de dados meteorológicos e cartográficos, de aspectos ligados à Tecnologia da Informação e Criptografia e operação e manutenção de um banco de dados e de uma rede de compartilhamento – ao mês; visitas de suporte e assistência técnica à rede de compartilhamento de dados - Visita Técnica; ações de aquisição e/ou desenvolvimento de softwares específicos – <i>software</i>; manutenção, ampliação e modernização da capacidade de tratamento ou processamento dos dados e conhecimentos - Força Singular apoiada e EMCFA; capacitação especializada de pessoal - n° cursos; e promoção/participação de/em eventos de incentivo ao intercâmbio e à atualização de conhecimentos técnico-científicos especializados; etc - n° de eventos.</p>
Avaliação:	<ul style="list-style-type: none"> – 90% a 100% - excelente; – 80% a 89,99% - muito bom; – 70% a 79,99% - bom; – 50% a 69,99 - regular; e – abaixo de 49,99% - insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas).	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados).	Assessoria de Inteligência Operacional - AIOp
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados).	Anual.
Área responsável pelo cálculo / medição:	Assessoria de Inteligência Operacional - AIOp

- Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividades		Planejamento (a)	Peso (b)	Realizado (c)	Percentual Realizado (c/a)*100
A	Aquisição de imagens orbitais ou de aerolevantamentos, análise e processamento de produtos obtidos por Sensoriamento Remoto e trabalhos de georreferenciamento - km ² .	100.000	3	70.000	70,00
B	Análise e processamento de sinais eletromagnéticos, de dados meteorológicos e cartográficos, de aspectos ligados à Tecnologia da Informação e Criptografia e operação e manutenção de um banco de dados e de uma rede de compartilhamento – ao mês	12	1	12	100,00
C	Visitas de suporte e assistência técnica à rede de compartilhamento de dados - Visita Técnica.	21	2	15	71,00
D	Ações de aquisição e / ou desenvolvimento de <i>softwares</i> específicos - <i>softwar</i> .	2	2	2	100,00
E	Manutenção, ampliação e modernização da capacidade de tratamento ou processamento dos dados e conhecimentos - Força apoiada e EMCFA.	21	4	15	71,00
F	Capacitação especializada de pessoal - n ^o cursos.	5	2	2	40,00
G	Promoção/participação de/em eventos de incentivo ao intercâmbio e à atualização de conhecimentos técnico - científicos especializados; etc - n ^o de eventos.	12	1	6	50,00
				IAIT(%) =	70,00

Observação: o indicador IAIT atingiu os 70% em face do contingenciamento inicial e aquisição de imagens durante toda a vigência dos contratos.

3.4.1.2.7 Índice de Atividades do Sistema Militar de Comando e Controle – IASISMC²

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	SISMC ² (Ação 1489).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema Militar de Comando e Controle – SISMC ² .
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IASISMC ²
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das ações de implementação e ampliação do SISMC ² .
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IASISMC² = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades. Exemplos de atividades: - modernização de meios e sistemas dos Centros de Comando e Controle; integração dos Centros de Comando e Controle; suporte instrucional, doutrinário e operacional de Comando e Controle às Operações Combinadas, Força de Paz e às Atividades Subsidiárias; e capacitação de recursos humanos.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99%- Muito Bom 70% a 79,99%- Bom 50% a 69,99%- Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Plano Anual de Trabalho, Contratos de Objetivos, Pedidos de Cooperação e número de execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Comando e Controle
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Subchefia de Comando e Controle

- Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividade	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Modernização do Centro de Operações Conjuntas.	1	1	100,00
2. Operação integrada dos Centros de Comando e Controle Permanentes (MD-MB, MD-EB e MD-FAB)	1	1	100,00
3. Apoio de Comando e Controle às Operações de Adestramento Conjuntos	2	2	100,00
4. Suporte de Comando e Controle às Operações de Força de Paz (Haiti e Líbano).	2	2	100,00
5. Operações Interagências (Ágata)	3	3	100,00
5. Adestramento de C ² visando operações militares para pessoal do MD e Forças Singulares.	5	5	100,00
7. Disseminação da Doutrina Militar de C ² .	5	5	100,00
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			700,00
Número de atividades previstas			7
IASISMC² (%)		100,00%	

3.4.1.2.8 Índice de Atividades do Sistema de Comunicações Militares por Satélite – IASISCOMIS

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	SISCOMIS (Ações 2385 e 5132).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema de Comunicações Militares por Satélite.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IASISCOMIS
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das ações de manutenção e ampliação do SISCOMIS.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IASISCOMIS = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades. Exemplos de atividades: - fiscalização dos contratos de aluguel de enlaces satelitais, terrestres e de manutenção da rede do SISCOMIS; aquisição de terminais transportáveis visando à ampliação da rede de banda X do SISCOMIS; aquisição de sobressalentes, instrumentos de testes e modernização da rede com substituição de equipamentos obsoletos; capacitação de recursos humanos etc.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99%- Muito Bom 70% a 79,99%- Bom 50% a 69,99%- Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Seção de Telemática – SC1.3
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Seção de Telemática – SC1.3

- Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Fiscalização dos contratos de aluguel de enlaces satelitais.	2	2	100,00
2. Fiscalização dos contratos de aluguel de enlaces terrestres.	7	7	100,00
3. Fiscalização dos contratos de manutenção dos equipamentos.	1	1	100,00
4. Instalação de estação central de Banda Ku.	1	0	0
5. Instalação da Rede Wimax	1	0	0
6. Instalação do Centro de Gerenciamento	1	0	0

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
7. Aquisição de Estação Móvel Naval em Banda X	1	1	100,00
8. Aquisição de Estação Móvel Naval em Banda Ku	1	1	100,00
9. Aquisição de Sistema DAMA para Banda Ku	1	1	100,00
10. Aquisição de sobressalentes para Banda X	20	20	100,00
11. Distribuição de sobressalente	10	10	100,00
12. Recebimento Técnico de Estações em Banda X	31	31	100,00
13. Distribuição de Estações em Banda X	31	31	100,00
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			1000,00
Número de atividades previstas			13
IASISCOMIS (%)		72,92%	

3.4.1.2.9 Índice de Atividades do Sistema Tático de Enlace de Dados – IASISTED

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	SISTED (Ação 5134).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema Tático de Enlace de Dados.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IASISTED
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das ações do SISTED.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CPE, VCPE e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IASISTED = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades. Exemplos de atividades: - conclusão da Arquitetura; aprovação da arquitetura; capacitação de pessoal; modernização e manutenção dos laboratórios; contratação de recursos humanos; confecção de projetos básicos etc.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99%- Muito Bom 70% a 79,99%- Bom 50% a 69,99%- Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Assessoria da SC1
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria da SC1

- Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Desenvolvimento do projeto.	6	4	66,67
2. Capacitação de recursos humanos.	4	1	25,00
3. Manutenção dos Laboratórios.	4	4	100,00
4. Modernização dos laboratórios.	3	2	66,67
5. Contratação de recursos humanos.	10	7	70,00
6. Confeção de projeto(s) básico(s) relativo(s) às integrações entre os sistemas táticos das Forças.	1	0	0,00
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			328,34
Número de atividades previstas			6
IASISTED (%)		54,72%	

3.4.1.2.10 Índice de Atividades de Mobilização para Defesa Nacional – IAMDN

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Mobilização para Defesa Nacional (Ações 4427 e 5136).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Mobilização para Defesa Nacional.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IAMDN.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das atividades da Mobilização para Defesa Nacional.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHELOG e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IAMDN = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99%- Muito Bom 70% a 79,99%- Bom 50% a 69,99%- Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Assessoria da Seção de Mobilização.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Assessoria da Seção de Mobilização.

- Resultado da Avaliação no Exercício

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Exercícios de Mobilização Nacional.	4	1	25,00
2. Atualização da Doutrina Básica de Mobilização Nacional	100%	60%	60,00
3. Viagem de Estudo ao exterior	1	1	100,00
4. Palestras nas Escolas de Altos Estudos Militares e de Aperfeiçoamento	7	7	100,00
5. Painel de Mobilização Nacional	1	1	100,00
6. Palestras na Escola Superior de Guerra (ESG) para o curso de Logística e Mobilização Nacionais (CLMN)	4	4	100,00
7. Estudo de Caso e palestra de subsistemas do SINAMOB para o CLMN	1	1	100,00
8. Reuniões da Secretaria Executiva do Comitê do SINAMOB	3	2	66,67
9. Reunião do Plenário do Comitê do SINAMOB	1	0	0,00
10. IV Seminário de Mobilização Militar	1	1	100,00
11. Implantação do SINAMOB	4%	1%	25,00
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			776,67
Número de atividades previstas			11
IAMDN (%)		70,61	

Observação: O planejamento e realização das atividades 2 e 11 foram expressas em percentuais.

3.4.1.2.11 Índice de Atividades do Sistema de Informações Logísticas de Defesa – IASILD

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Sistema de Informações Logísticas de Defesa (Ação 6515).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades do Sistema de Informações Logísticas de Defesa.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IASILD
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das atividades do Sistema de Informações Logísticas de Defesa.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHELOG e Coordenador de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IASILD = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades.

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99%- Muito Bom 70% a 79,99%- Bom 50% a 69,99%- Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Subchefia de Integração Logística
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo/medição	Subchefia de Integração Logística

- Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1- Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa: a) definições de requisitos e levantamentos iniciais; b) definição do modelo de desenvolvimento; c) início do projeto físico de desenvolvimento; e d) elaboração do protótipo do módulo de suprimento do SIGLMD.	4	4	100%
2- Realização de Jornadas de Interoperabilidade Logísticas, Seminários, Encontros e Palestras.	7	7	100,00
3-Visita a organizações componentes da Base Industrial de Defesa (Instituições privadas e públicas nacionais).	4	4	100,00
4- Participação em Feiras Internacionais de Defesa e visita a instalações logísticas no exterior, com representação de militares da SUBILOG em Comissões do Ministério da Defesa.	5	5	100,00
5- Participação em Exercícios/ Adestramentos / Operações Conjuntas.	4	4	100,00
6-Visita aos Órgãos de Logística das Forças.	4	4	100,00
7- Grupos de Trabalhos - Subcomissões no âmbito da Comissão de Logística Militar (COMLOG).	16	16	100,00
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			700,00
Número de atividades previstas			7
IASILD (%)		100,00%	

3.4.1.2.12 Índice de Atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado-Cidadão - IAPSC

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Projeto Soldado-Cidadão (Ação 6557).
Identificador de: Eficácia	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado-Cidadão.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IAPSC
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar a realização das atividades de Acompanhamento e Coordenação do Projeto Soldado-Cidadão.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CHELOG e Coordenadores de Ação.
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IAPSC = Média Aritmética dos percentuais de realização das metas das atividades de Acompanhamento e Coordenação.
Avaliação	90% a 100% - Excelente 80% a 89,99%- Muito Bom 70% a 79,99%- Bom 50% a 69,99%- Regular < 49,99% - Insuficiente.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Execução do planejamento.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Assessoria da Seção do Serviço Militar
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual.
Área responsável pelo cálculo / medição	Assessoria da Seção do Serviço Militar

- Resultado da Avaliação no Exercício:

Atividades	Planejados	Realizados	% (R/P)*100
1. Acompanhamento da execução do Projeto (visitas a OM hospedeiras e instituições de ensino)	5	6	120,00
2. Reuniões de Coordenação do Comitê Gestor	6	6	100,00
3. Cerimônia de entrega do Prêmio Melhor Gestão do Projeto Soldado-Cidadão	1	1	100,00
4. Simpósio sobre o Projeto Soldado-Cidadão	1	0	0,00
Somatório dos percentuais das atividades realizadas			320,00
Número de atividades previstas			4
IAPSC (%)		80,00%	

3.4.1.3 Indicador de Efetividade:

3.4.1.3.1 Índice de Efetividade Físico/Financeira do EMCFA – IEFEMCFA

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Gestão global do emprego dos recursos orçamentários /

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
	financeiros e atingimento das Metas Físicas do EMCFA.
Identificador de: Efetividade	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Efetividade do EMCFA.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IEEMCFA.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de atendimento ao seu objetivo principal: desenvolver atividades visando ao emprego das Forças Armadas.
Destino: (Quem receberá os resultados)	CEMCFA, CAE, CHELOG, CPE
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Fórmula de Obtenção: (Unidades de medida correlacionadas)	IEM = Média Aritmética ponderada dos seguintes indicadores: $[IOC(*3)+IBR+IPF(*2)+IAALR(*2)+IAAPR(*2)+IAIT+IASISM C^2+IASISCOMIS+IASISTED+IAMDN+IASILD+IAPSC]/17$
Avaliação	70% a 100% - satisfatório. Abaixo de 70% - insatisfatório.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Indicadores de eficácia da CAE, CHELOG e CPE.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Coordenadorias de Ação.
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual
Área responsável pelo cálculo / medição	APOG/EMCFA.

- Resultados da Avaliação no Exercício:

Índice	Valor	Peso	Pontuação	IEM (%)
IOC	100,00	3	300,00	91,78
IBR	104,34	1	104,34	
IPF	100,00	2	200,00	
IAALR	101,00	2	202,00	
IAAPR	103,00	2	206,00	
IAIT	70,00	1	70,00	
IASISM C ²	100,00	1	100,00	
IASISCOMIS	72,92	1	72,92	
IASISTED	54,72	1	54,72	
IAMDN	70,61	1	70,61	
IASILD	100,00	1	100,00	
IAPSC	80,00	1	80,00	

3.4.1.3.2 Índice de Efetividade Qualitativa do EMCFA – IEQEMCFA

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO
--

IDENTIFICAÇÃO DE INDICADOR DE DESEMPENHO	
Identificação do Processo:	Gestão global das atividades desenvolvidas pelo EMCFA apontando acertos, falhas, situações críticas e outras visando à possibilitar a ratificação, retificação ou adequação do processo de emprego e preparo, se for o caso, das Forças Armadas.
Identificador de: Efetividade	
Nome: (Nome do indicador)	Índice de Efetividade Qualitativa do EMCFA.
Mnemônico: (Sigla do indicador)	IEQEMCFA.
Objetivo: (O que o indicador irá medir)	Avaliar o nível de atendimento ao seu objetivo principal: Manutenção do nível de adestramento das Forças Armadas compatível com a necessidade de emprego para prover a Defesa Nacional de nosso País.
Destino: (Quem receberá os resultados)	Ministro da Defesa, CEMCFA, CAE, CHELOG, CPE
Periodicidade: (Intervalo de tempo em que o indicador será Aplicado)	Anual.
Avaliação	Menções em relação ao ESPERADO: A- Muito acima; B- Acima ; C- Dentro; D- Abaixo; e E- Muito abaixo.
Dados de Entrada: (Características a serem medidas.)	Preenchimento de uma Ficha de Avaliação onde constam as atividades desenvolvidas pelas Chefias do EMCFA. Após o seu preenchimento, a Ficha receberá uma classificação sigilosa em conformidade com o Inciso I, do art. 25, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.
Fonte: (Local/pessoa que fornecerá os dados.)	Chefias do EMCFA
Periodicidade de Coleta: (Intervalo de tempo na coleta dos dados)	Anual
Área responsável pelo cálculo / medição	APOG/EMCFA.

A Ficha de Avaliação contém informações a respeito das atividades desenvolvidas pelo EMCFA, por intermédio de suas Chefias, onde busca uma comparação entre Situação Ideal X Situação Real com a finalidade de se obter um quadro mais próximo da realidade com relação à infraestrutura existente / disponível de pessoal, material, meios militares e recursos orçamentários para o emprego das Forças Armadas na Defesa Nacional do nosso País.

As análises do desempenho quanto à qualidade e produtividade alcançadas estão lançadas, também, em relatórios específicos produzidos ao final de cada atividade desenvolvida. Nesses relatórios constam informações a respeito dos acertos, erros, atingimento de metas, restrições, aprendizado, dentre outros fatores considerados importantes quando da avaliação do cumprimento dos objetivos traçados para cada evento.

Por conter dados sobre o nível de adestramento, mobilização, disponibilidade de meios militares, logística, capacitação de recursos humanos e outros considerados vitais para a determinação das condições de emprego das Forças Armadas, a Ficha de Avaliação, após preenchida, receberá uma classificação sigilosa, instituída pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, em conformidade com o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, observando para isso: o inciso I, do art. 25; o art. 26; o inciso II, do art. 27; o art. 28; e o art. 30. Sendo assim, terão acesso a essas

informações, todas as pessoas com credencial de segurança para manusear documentos com a classificação sigilosa definida para a Ficha em questão.

Este Indicador de Desempenho está em fase de implantação e poderá sofrer alterações ou atualização dos seus itens, ao longo do exercício de 2013.

4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

4.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada,					X

tempestiva, atual, precisa e acessível.					
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica: Por ser UJ agregada à SEORI, a atividade de controle interno no EMCFA é do tipo administrativo primário. Neste contexto, o EMCFA realiza uma análise técnica no sentido de avaliar se os recursos alocados em cada ação orçamentária, estão sendo distribuídos para as três Forças Armadas em consonância com a finalidade da respectiva ação e com a correspondente natureza da despesa. Para os casos de execução de recursos relativos a diárias e passagens com o pessoal do EMCFA, é também verificado a correção dos parâmetros pertinentes (valores, locais, números de pessoas, duração das missões) antes do recurso ser executado. Desta forma, o quadro acima foi preenchido considerando os quesitos assinalados para a atividade de um controle interno administrativo primário.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

5. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

A UJ possui suas Ações inseridas nos seguintes Programas do PPA: 2057 – Política Externa; 2058 – Política Nacional de Defesa e 2108 – Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa, porém não é a gerenciadora e nem a responsável por eles.

Com relação às informações financeiras do Quadro Metas do Exercício vinculadas aos Objetivos, Metas, Iniciativas e Ações Orçamentárias vinculadas aos Programas Temáticos, os valores tomados como referência são os Limites Autorizados (Prevista) e Despesas Empenhadas (Realizada) das Ações Orçamentárias diretamente ligadas às atividades que propiciaram o atingimento delas.

5.1.1 Informações sobre Objetivos vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO 1 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0534					
Descrição	Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.					
Programa	2058 – Política de Defesa Nacional					
Órgão Responsável	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
300.514.384	397.538.210	338.791.778	212.111.226	3.119.157	126.680.552	208.992.068
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Apoiar o aprestamento de uma	unidade	1	1	329.431.159	282.241.626

	brigada, para atuar em missões de paz e ações humanitárias.					
2	Atingir o percentual de 16% na implantação do Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED).	% de implantação	2	1	970.167	737.488
3	Atingir o percentual de 39% na implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS).	% de implantação	3	3	7.070.499	7.091.198
4	Atingir o percentual de 80% na implantação do centro de operações conjuntas.	% de implantação	3	2	3.533.696	3.525.590
5	Realizar 62 operações de presença na faixa de fronteira.	unidade	3	26	6.621.409	6.496.233
6	Realizar cinco exercícios de simulação de combate.	unidade	1	1	356.674	356.674
7	Realizar oito operações conjuntas, a título de adestramento, com as Forças Armadas.	unidade	2	2	22.643.910	22.288.660
8	Realizar quatro operações multinacionais com as Forças Armadas estrangeiras.	unidade	1	0	129.067	129.067

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

Observação:

- Com relação ao item 5, os recursos para a consecução da Meta são provenientes das Ações 4229 e 6499, conforme descrito nos subitens nº 3.3.1.9 e 3.3.1.10, respectivamente, deste Relatório de Gestão. Houve, ainda, uma ampliação de Limites para Movimentação, Empenho e Pagamento, da ordem de R\$ 41 milhões, aos Comandos das Forças Armadas para custear despesas com as Operações ÁGATAS 4, 5 e 6; e

- Com relação aos itens 6,7 e 8, os recursos para a consecução das Metas são provenientes da Ação 4229, conforme descrito nos subitens nº 3.3.1.9, deste Relatório de Gestão;

QUADRO 2 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0547					
Descrição	Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
Programa	2058 – Política de Defesa Nacional					
Órgão Responsável	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
21.488.095	21.488.095	19.796.061	13.679.939	245.317	6.116.122	
13.434.622						
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Alistar 7.198.400 pessoas para o Serviço Militar Obrigatório.	unidade	1.650.000	2.146.231	8.154.783	7.152.571
2	Implantar 24% do sistema nacional de mobilização.	% de implantação	4	1,00	42.041	41.807
3	Concluir a implantação da estrutura de preparo e emprego da mobilização militar, em 2014.	% de implantação	-	6,00	133.000	128.449
4	Realizar 12 exercícios de mobilização para a defesa nacional.	unidade	4	1		
5	Realizar quatro exercícios conjuntos de mobilização de recursos logísticos e de recursos	unidade	4	1		

	humanos					
6	Implantar 70% do Sistema de Informações Gerenciais de Logísticas de Defesa (SIGLD).	% de implantação	-	20	1.003.865	993.460
7	Realizar, a cada biênio, pelo menos um exercício logístico sobre o emprego das Forças Armadas em casos de desastres.	unidade	-	0,50		

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

Observação:

- Com relação aos itens 3, 4 e 5, os recursos para a consecução das Metas são provenientes da Ação 4427, conforme descrito no subitem nº 3.3.1.6, deste Relatório de Gestão;

- Com relação aos itens 8 e 9, os recursos para a consecução da Meta são provenientes das Ações 5136 e 6515, conforme descrito nos subitens nº 3.3.1.7 e 3.3.1.12, respectivamente, deste Relatório de Gestão;

e
- Com relação ao item 10, os recursos para a consecução da Meta são provenientes, também, da Ação 6515, conforme descrito no subitem nº 3.3.1.12, deste Relatório de Gestão.

QUADRO 3 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0554					
Descrição	Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.					
Programa	2058 – Política de Defesa Nacional					
Órgão Responsável	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.129.000	4.129.000	4.095.684	3.696.328	0	399.356	3.696.328
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional, por intermédio da cooperação na área de Defesa.	-	-	-	4.129.000	4.095.684
2	Realizar 32 reuniões bilaterais com as Forças Armadas estrangeiras	unidade	10	10		

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

Observação:

- Com relação aos itens 1 e 2, os recursos para a consecução das Metas são provenientes da Ação 2D55, conforme descrito no subitem nº 3.3.1.14, deste Relatório de Gestão.

QUADRO 4 – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0502					
Descrição	Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.					
Programa	2058 – Política de Defesa Nacional					
Órgão Responsável	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

1	Profissionalização de 100.000 jovens pelo Programa "Soldado Cidadão"	unidade	14.273	14.659	11.783.312	11.479.774
---	--	---------	--------	--------	------------	------------

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

Observação: este Objetivo contém, apenas, a Meta acima de responsabilidade do EMCFA

5.1.2 Informações sobre Iniciativas vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

De acordo com a Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (PPA 2012/2015), Meta é atributo de Objetivo e não de Iniciativa. Dessa forma, os Quadros abaixo não apresentam Metas do Exercício para a Iniciativa.

As informações a respeito das atividades desenvolvidas pelas Ações Orçamentárias ligadas às Iniciativas estão descritas no item 3.3.1 Análise Crítica das Ações, deste Relatório de Gestão.

QUADRO 1 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	020I					
Descrição	Implantação e integração dos centros de comando e controle do Ministério da Defesa e das Forças Armadas					
Objetivo	0534 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.533.696	3.533.696	3.525.590	2.025.216	69.927	1.500.274	1.955.389
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 2 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	020J					
Descrição	Implantação e operação do sistema de comunicações militares					
Objetivo	0534 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
22.211.266	22.211.266	21.901.881	12.864.030	0	9.037.851	12.864.030
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa	
Código	020L
Descrição	Intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira
Objetivo	0534 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA

Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.560.082	7.126.090	5.796.395	3.028.432	64.762	2.767.964	2.963.670
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 4 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	020M					
Descrição	Obtenção e tratamento de imagens e dados por sensoriamento remoto					
Objetivo	0534 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.500.000	2.500.000	1.852.047	416.763	0	1.435.284	416.763
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 5 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	020P					
Descrição	Participação em operações militares com Forças Armadas de outros países					
Objetivo	0534 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 6 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	020R					
Descrição	Realização de exercícios militares conjuntos					
Objetivo	0534 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
29.678.181	32.645.999	23.474.238	16.705.111	560.763	6.769.127	16.144.348
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de	Meta Física		Meta Financeira	

		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 7 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	0237					
Descrição	Aperfeiçoamento e integração dos sistemas de serviço militar das Forças Armadas					
Objetivo	0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.154.783	8.154.783	7.152.571	4.674.952	110.041	2.477.619	4.564.911
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 8 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	023A					
Descrição	Implantação do SINAMOB, em rede nacional privada, de forma a permitir a realização de exercícios e a execução dos planos de mobilização					
Objetivo	0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
350.000	350.000	240.214	201.400	3.437	38.814	197.963
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 9 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	023B					
Descrição	Implantação do Sistema de Controle de Aerolevanteamento (SisCAer)					
Objetivo	0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.					
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 10 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa							
Código	023C						
Descrição	Implantação do Sistema de Tecnologia e Inovação Militar (SisTIM)						
Objetivo	0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.						
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 11 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa							
Código	023D						
Descrição	Implantação e gestão do Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa (SIGLD)						
Objetivo	0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.						
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
1.200.000	1.200.000	923.501	875.503	5.030	47.998	870.473	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
(*)	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 12 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa							
Código	0240						
Descrição	Aperfeiçoamento do sistema de inteligência de defesa						
Objetivo	0554- Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.						
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 13 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa							
Código	0243						
Descrição	Atendimento aos compromissos com organismos internacionais nas áreas militar e de defesa						
Objetivo	0554- Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar,						

	para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.						
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 14 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa							
Código	0245						
Descrição	Consolidação de mecanismo para ajuda recíproca em caso de desastres						
Objetivo	0554- Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.						
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 15 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa							
Código	0248						
Descrição	Cooperação internacional na área de defesa						
Objetivo	0554- Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.						
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 16 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa							
Código	0249						
Descrição	Desenvolvimento de ações de cooperação e intercâmbio militar não operacional com organismos internacionais e países inseridos no espectro do interesse militar e da Política Externa Brasileira						
Objetivo	0554- Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.						
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
4.129.000	4.129.000	4.095.684	3.696.328	0	399.356	3.696.328	
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		

		Medida	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 17 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa							
Código	024D						
Descrição	Intercâmbio de cultura doutrinária militar com integrantes de Forças Armadas estrangeiras						
Objetivo	0554- Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.						
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 18 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa							
Código	024G						
Descrição	Participação nos foros internacionais que tratam de temas relacionados à área militar e à defesa						
Objetivo	0554- Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.						
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 19 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa							
Código	024O						
Descrição	Realização de reuniões bilaterais com países estrangeiros						
Objetivo	0554- Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.						
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
Metas do Exercício Para a Iniciativa							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 20 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa							
Código	01QY						
Descrição	Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar						
Objetivo	0502 - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e						

	apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.					
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
11.783.312	11.783.312	11.479.774	7.928.084	126.809	3.551.691	7.801.275
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

QUADRO 21 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	03RH					
Descrição	Intensificação do apoio, na ONU, a esforços em favor da paz e da segurança internacionais, com a participação em Missões de Paz					
Objetivo	0902 - Promover e participar da discussão sobre os principais temas pertinentes à paz e à segurança internacionais, com prioridade ao desarmamento e à não-proliferação, nos diferentes foros de negociação bilateral, regional e multilateral.					
Órgão ou Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
236.031.159	329.431.159	282.241.626	177.071.574	2.423.706	105.170.052	174.647.869
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
(*)	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI Gerencial.

5.1.3 Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO 1 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	1489					
Descrição	Implantação de Centros de Operações Conjuntas					
Iniciativa	020I - Implantação e integração dos centros de comando e controle do Ministério da Defesa e das Forças Armadas					
Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.533.696	3.533.696	3.525.590	2.025.216	69.927	1.500.274	1.955.389
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Centro implantado	% de execução física	3	2	3.533.696	3.525.590

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

QUADRO 2 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2385					
Descrição	Manutenção do Sistema de Comunicações Militares por Satélite - SISCOMIS					
Iniciativa	020J - Implantação e operação do sistema de comunicações militares					
Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					

Unidade Orçamentária		52101 – Ministério da Defesa				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
14.126.333	14.126.333	14.073.194	12.237.820	0	1.835.374	12.237.820
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema mantido	unidade	1	1	14.126.333	14.073.194

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

QUADRO 3 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		4222				
Descrição		Sensoriamento Remoto para Apoio à Inteligência				
Iniciativa		020M - Obtenção e tratamento de imagens e dados por sensoriamento remoto				
Unidade Responsável		Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA				
Unidade Orçamentária		52101 – Ministério da Defesa				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.500.000	2.500.000	1.852.047	416.763	0	1.435.284	416.763
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema mantido	unidade	1	1	1.978.000	1.852.047

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

QUADRO 4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		5132				
Descrição		Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite - SISCOMIS				
Iniciativa		020J - Implantação e operação do sistema de comunicações militares				
Unidade Responsável		Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA				
Unidade Orçamentária		52101 – Ministério da Defesa				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.070.499	7.070.499	7.091.198	15.681	0	7.075.518	15.681
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema implantado	% de execução física	3	0	7.070.499	7.091.198

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

QUADRO 5 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		5134				
Descrição		Implantação do Sistema de Comunicações Militares Seguras				
Iniciativa		020J - Implantação e operação do sistema de comunicações militares				
Unidade Responsável		Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA				
Unidade Orçamentária		52101 – Ministério da Defesa				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.014.434	1.014.434	737.488	610.529	0	126.959	610.529
Metas do Exercício Para a Ação						

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema implantado	% de execução física	2	2	970.1667	737.488

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

QUADRO 6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		4427				
Descrição		Exercícios de Mobilização para Defesa Nacional				
Iniciativa		023A - Implantação do SINAMOB, em rede nacional privada, de forma a permitir a realização de exercícios e a execução dos planos de mobilização				
Unidade Responsável		Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA				
Unidade Orçamentária		52101 – Ministério da Defesa				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
190.000	190.000	128.449	126.297	3.437	2.152	122.859
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Exercício realizado	unidade	4	1	133.000	128.449

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

QUADRO 7 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		5136				
Descrição		Implantação do Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB				
Iniciativa		023A - Implantação do SINAMOB, em rede nacional privada, de forma a permitir a realização de exercícios e a execução dos planos de mobilização				
Unidade Responsável		Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA				
Unidade Orçamentária		52101 – Ministério da Defesa				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
160.000	160.000	111.766	75.104	0	36.662	75.104
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema implantado	% de execução física	4	1	112.000	111.766

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

QUADRO 8 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		4229				
Descrição		Operações Militares Combinadas ou Conjuntas				
Iniciativa		020R - Realização de exercícios militares conjuntos				
Unidade Responsável		Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA				
Unidade Orçamentária		52101 – Ministério da Defesa				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
29.678.181	32.645.999	23.474.238	16.705.111	560.763	6.769.127	16.144.348
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Operação realizada	unidade	16	16	23.829.488	23.474.238

QUADRO 9 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	6499					
Descrição	Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira					
Iniciativa	020L - Intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira					
Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.560.082	7.216.090	5.796.395	3.028.432	64.762	2.767.964	2.963.670
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ação realizada	unidade	3	3	5.921.571	5.796.395

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

QUADRO 10 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2C06					
Descrição	Participação Brasileira em Missões de Paz					
Iniciativa	03RH - Intensificação do apoio, na ONU, a esforços em favor da paz e da segurança internacionais, com a participação em Missões de Paz					
Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
236.031.159	329.431.159	282.241.626	177.071.574	2.423.706	105.170.052	174.647.869
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Missão realizada	unidade	2	2	329.431.159	282.241.626

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

QUADRO 11 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	6515					
Descrição	Sistema de Informações Logísticas de Defesa					
Iniciativa	023D - Implantação e gestão do Sistema de Informações Gerenciais de Logística de Defesa (SIGLD)					
Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA					
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.200.000	1.200.000	923.501	875.503	5.030	47.998	870.473
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Sistema mantido	unidade	1	1	933.906	923.501

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

QUADRO 12 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
-----------------------	--	--	--	--	--	--

Código	6557						
Descrição	Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar – Soldado Cidadão						
Iniciativa	01QY - Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar						
Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
11.783.312	11.783.312	11.479.774	7.928.084	126.809	3.551.691	7.801.275	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Militar habilitado	unidade	14.273	14.659	11.783.312	11.479.774	

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

QUADRO 13 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação							
Código	2D55						
Descrição	Intercâmbio e Cooperação Internacional Militar e na Área de Defesa						
Iniciativa	0249 - Desenvolvimento de ações de cooperação e intercâmbio militar não operacional com organismos internacionais e países inseridos no espectro do interesse militar e da Política Externa Brasileira						
Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
4.129.000	4.129.000	4.095.684	3.696.328	0	399.356	3.696.328	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira (em R\$ 1,00)		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Missão apoiada	unidade	10	10	4.129.000	4.095.684	

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

5.1.4 Informações sobre Ações vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

QUADRO 1 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação							
Código	2866						
Descrição	Ações de Caráter Sigiloso						
Unidade Responsável	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA						
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
298.528	298.528	249.138	154.567	0	94.572	154.567	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Não possui Meta Física	-	-	-	267.703	249.138	

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGA Brasil (Senado Federal), SIOP, LOA 2012 e Controles Internos Administrativos.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

O Departamento de Administração Interna, por intermédio de sua Divisão de Recursos Humanos, é o responsável pelo controle e informações a respeito dos Servidores Cíveis e Militares que trabalham na Administração Central do Ministério da Defesa – UO 52101.

Neste item, serão apresentadas as informações atinentes aos Servidores Civis e Militares que exercem função no Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), uma vez que vários Servidores que ocupam cargo no EMCFA exercem função em outras Secretarias da Administração Central do Ministério da Defesa e vice-versa.

Desta forma, serão preenchidos os quadros, no que couber, que tratam da Força de Trabalho, Cargos em Comissão, Faixa Etária, Escolaridade, Estagiários e Servidores Terceirizados, com situação apurada em 31 de dezembro de 2012.

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho a disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação	
	Autorizada	Efetiva
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		11
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		11
1.2.1. Servidores de Carreira vinculada ao Órgão		5
1.2.2. Servidores requisitados de outros Órgãos e Esferas		6
2. Militares da Ativa		222
3. Militares da Reserva		17
4. Total de Servidores (1+2+3+4+5)		250

Fonte: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

6.1.2 Quantificação da Força de Trabalho

QUADRO 2 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação	
	Autorizada	Efetiva
1. Cargos em comissão		48
1.1. Cargos Natureza Especial		1
1.2.1. Servidores de Carreira vinculada ao Órgão		16
1.2.2. Servidores de outros Órgãos e Esferas		6
1.2.3. Sem vínculo		7
1.2.4. Aposentados		18
2. Funções gratificadas		6
2.1. Servidores de Carreira vinculada ao Órgão		6
3. Total de servidores em Cargo e em Função (1+2)		54

Fonte: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

6.1.2.1 Quantificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Idade

QUADRO 3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo		1	10	6	
1.1. Servidores de Carreira		1	10	6	
2. Provimento de Cargo em Comissão	1	5	4	23	7
2.1. Cargos de Natureza Especial					1
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	5	4	22	6
2.3. Funções Gratificadas				1	
3. Militares da Ativa	31	50	102	44	3
4. Militares da Reserva		1	2	9	5
5. Totais (1+2+3+4)	32	57	118	82	15

Fonte: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

6.1.2.2 Quantificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Escolaridade
 QUADRO 4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA
 EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo				2	15	1	2		
1.1. Servidores de Carreira				2	15	1	2		
2. Provimento de Cargo em Comissão					18	13	3	2	1
2.1. Cargos de Natureza Especial									1
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					16	11	3	2	
2.3. Funções Gratificadas					2	2			
3. Militares da Ativa			1	1	83	53	14	62	16
4. Militares da Reserva					2	2	1	10	2
5. Totais (1+2+3+4)			1	3	118	69	20	74	19

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

6.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão
 QUADRO 5 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA
 UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no final do exercício		
	2012	2011	2010
Auxiliar Administrativo	9		
Análise crítica da situação da terceirização no órgão			
Sem comentários			

Fonte: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

6.2.2 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO 6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
1. Nível Superior	4	5	7	10
1.1 Área Fim	1	2	3	6
1.2 Área Meio	3	3	4	4
2. Nível Médio	3	3	4	4
2.1 Área Fim			1	1
2.2 Área Meio	3	3	3	3
3. Total (1+2)	7	8	11	14

Fonte: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Esta avaliação está direcionada à Gestão de TI diretamente voltada às atividades finalísticas da UJ.

A avaliação da Gestão de TI voltada para as atividades meio estão inseridas no Relatório de Gestão – Exercício 2011 da UG 110404 – Departamento de Administração Interna / Ministério da Defesa (DEADI/MD), a qual centraliza as atividades meio de TI no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa.

Os itens 1 e 4 do Quadro 1, abaixo, por tratarem sobre assuntos ligados ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTI, não foram preenchidos por serem de responsabilidade da Divisão de Tecnologia da Informação, vinculada ao DEADI/MD.

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO 1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? _____
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input checked="" type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	

8. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

8.1 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do Exercício

QUADRO 1 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Coordenação e Organização Institucional					41109
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 021.180/2010-5 e 033.434/2010-7	Nº 360/2012 – TCU - PLENÁRIO	9.2	Recomendação	Aviso nº 167 – Seses – TCU – Plenário, de 15 Fev 2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – EMCFA					41110
Descrição da Deliberação					
<p>9.2 Recomendar ao Ministério da Defesa que:</p> <p>9.2.1. elabore, em articulação com o Departamento de Polícia Federal, projeto de capacitação visando à preparação e ao treinamento dos Comandos Militares localizados na região de fronteira para que possam atuar de forma mais efetiva nas ações de combate ao tráfico de drogas, especialmente em razão das inovações oriundas das Leis Complementares 117/2004 e 136/2010; e</p> <p>9.2.2. ultime as negociações para viabilizar a participação das Forças Armadas no Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado – Cicon, previsto no art. 5º, § 2º, inciso VII, do Decreto 7.179/2010 como ação estruturante do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas – EMCFA					41110
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>O EMCFA, por intermédio de sua Subchefia de Operações/Chefia de Preparo e Emprego, ao tomar conhecimento das Recomendações em lide, emitiu o PARECER nº 010(OSTENSIVO) – SC-3.2/CHOC/EMCFA-MD, de 18 de maio de 2012, encaminhando-o à Consultoria Jurídica (CONJUR) deste Ministério, em 25 de maio de 2012, para análise e manifestação acerca dos aspectos jurídicos relativos ao Parecer em questão. Em 12 de setembro de 2012, a CONJUR emitiu o PARECER nº 513/2012/CONJUR-MD/CGU/AGU, solicitando novas informações a respeito das atividades desenvolvidas pelas Forças Armadas no combate aos ilícitos na faixa de fronteira e outros dados pertinentes com o intuito de complementar a resposta ao TCU (Parecer nº 010 acima). Em atenção ao Parecer da CONJUR, foram solicitados aos Comandos das Forças Armadas e, também, às Secretarias da Administração Central do Ministério da Defesa pareceres com a finalidade de subsidiar novo parecer ou complementar o Parecer já emitido pelo EMCFA. Novo PARECER do EMCFA encontra-se em fase de análise e aprovação para posterior apreciação final do Chefe do EMCFA e remessa ao TCU.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>Como é um assunto que foge ao emprego normal das Forças Armadas, é necessário que se tome todas as providências no campo jurídico para que se possa verificar a possibilidade ou não de atendimento à Recomendação do TCU. Devem ser analisadas, também, possíveis implicações na formação e adestramento da tropa assim como a existência de uma infraestrutura adequada ao cumprimento desse tipo de missão.</p>					

9. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

9.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, em face da conjuntura orçamentária vigente, continuará a adotar medidas administrativas pertinentes à racionalização de atividades, na busca de soluções mais eficientes, criativas e econômicas, visando à consecução de suas metas institucionais com a máxima redução no custeio.

Para o exercício de 2012, foi criado o Índice de Efetividade Qualitativa do EMCFA – IEQEMCFA, possibilitando uma melhor avaliação qualitativa das atividades desenvolvidas, apontando acertos,

falhas, situações críticas e outras visando à ratificação, retificação ou adequação do processo de emprego e preparo, se for o caso, das Forças Armadas.

10. RESULTADOS E CONCLUSÕES

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas atingiu satisfatoriamente os objetivos previstos para o exercício de 2012. O planejamento das atividades foi adequado à realidade orçamentária, o que exigiu cortes, redução da amplitude e dos meios militares empregados nos eventos previstos.

Os principais exercícios de adestramento, Operação AMAZÔNIA e Operação ATLÂNTICO III, para o emprego conjunto das Forças Armadas atingiram seus objetivos no que se referem ao adestramento do pessoal, aplicação da Doutrina das Operações Conjuntas e avaliação do sistema logístico no Teatro de Operações, entre outros aspectos.

No campo da Mobilização e do Serviço Militar, o EMCFA prosseguiu no desenvolvimento do Sistema de Informações Logísticas de Defesa ampliando sua abrangência para atender à Mobilização Nacional, difundiu uma mentalidade de responsabilidade de alto nível para a implantação do Sistema de Mobilização Nacional, inclusive com reuniões entre os agentes dos Órgãos que integram o SINAMOB e continuou com a formação profissional proporcionada pelo Projeto Soldado-Cidadão.

Com relação aos assuntos ligados à Política e à Inteligência Estratégicas e aos Assuntos Internacionais, as atividades que mais se destacaram foram: a atualização da Política de Defesa Nacional; a execução do V Fórum de Inteligência e Segurança Hemisférica (V FISH), realizado em Brasília – DF; a participação em Reuniões do Conselho de Defesa Sul-Americano; a participação em Reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP; e a continuidade dos trabalhos junto às Missões de Paz no Haiti – MINUSTAH e no Líbano - UNIFIL, sob a égide da ONU.

Cabe ressaltar, ainda, o emprego das Forças Armadas na segurança, coordenada com os Órgãos de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, por ocasião da realização da Conferência Rio +20 e na elaboração do Plano Estratégico de Emprego das Forças Armadas em Casos de Desastres sempre em cooperação com ações desencadeadas pela Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC, trabalho que resultou em um Plano Logístico, voltado às Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, no qual foi estabelecido um total de 7 (sete) módulos, compostos por diversos itens, agrupados por atividades finalísticas, a saber: Apoio à Saúde, Apoio Aéreo, Comunicações, Engenharia, Salvamento, Sustentação e DQBRN (Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear).

O planejamento para o ano de 2013 foi elaborado de forma a permitir a adequação imediata à disponibilidade orçamentária e financeira.

Brasília – DF, abril/2013.

Gen Ex JOSÉ CARLOS DE NARDI
Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas